

LEONARDO PAGGI

**INTELECTUAIS, TEORIA E
PARTIDO NO MARXISMO DA
SEGUNDA INTERNACIONAL.**

ASPECTOS E PROBLEMAS

PARTE I

INTELECTUAIS, TEORIA E PARTIDO NO MARXISMO DA SEGUNDA INTERNACIONAL:

ASPECTOS E PROBLEMAS*

Leonardo Paggi

NOTA DO EDITOR

Graças aos inescapáveis limites de espaço que uma revista impõe para a publicação de textos, o formidável ensaio de Leonardo Paggi que serve de “Apresentação”, tanto na edição italiana como na edição em espanhol do livro de Max Adler, *O socialismo e os intelectuais*, será publicado em *Novos Rumos* em duas partes.

Por sua vez, cumpre esclarecer aos leitores que o ensaio de Paggi foi escrito, em italiano, independentemente da publicação do livro de Adler. Foi juntado a ele, pela editora De Donato, de Bari, assim como foi mantido pela Siglo Veintiuno Editores, da Cidade do México, para a edição em espanhol, de 1980, para a mesma obra.

Dessa forma, poderão os leitores verificar que, na verdade, Leonardo Paggi desenvolve uma fundamental e instigante análise da problemática do *Bernstein-Debatte*, tendo como pano de fundo a inserção do pensamento austromarxista em geral e, em especial, da obra de Max Adler no contexto do desenvolvimento do marxismo da Segunda Internacional e na crise que experimentou no período marcado pelos dez últimos anos do século XIX e os primeiros vinte anos do século XX, crise que passou para a história com a denominação de *Bernstein-Debatte*.

Antonio Roberto Bertelli

INTRODUÇÃO

A partir de Hegel, o problema dos intelectuais identificou-se historicamente com o de uma “classe geral” que tinha como fim de sua atividade o “universal”. Os intelectuais assumem assim a fisionomia de estrato social intermediário no qual se concentram a “consciência do Estado e a cultura mais eminente”.¹ O deciframento da natureza e da função do universal por parte do marxismo teórico, como forma específica na qual,

* Traduzido de “Intelectuales, teoría y partido en el marxismo de la Segunda Internacional”, em Max Adler, *El socialismo y los intelectuales* (México: Siglo Veintiuno Editores, 1980), pp. 7-114. Tradução de Antonio Roberto Bertelli.

dentro do modo de produção capitalista, explodem as lacerações e as fissuras de uma sociedade construída sobre os antagonismos de classe, implica não só uma desvalorização do papel dos intelectuais ou o seu redimensionamento dentro do âmbito dos problemas próprios de uma determinada categoria profissional, mas, ao contrário, salienta, também, com maior intensidade, a importância de sua função política.

Não somente na concepção da ciência política, mas em toda concepção da vida cultural e espiritual – afirmava Gramsci – teve enorme importância a posição salientada por Hegel em relação aos intelectuais [...] Com Hegel, começa a se deixar de pensar de acordo com as castas e com os “status” para se pensar de acordo com o “Estado”, cuja “aristocracia” são exatamente os intelectuais.²

Por essas mesmas razões, a partir do momento em que, graças à existência de um movimento operário organizado, foi surgindo no interior da questão dos intelectuais – qualquer que tenha sido em cada ocasião o grau de conhecimento – uma série de problemas relativos à formação histórica de uma nova classe dirigente: desde a crítica da democracia burguesa até a individualidade das contradições que exigem sua superação, desde a construção do partido político até o problema das alianças. Não se trata, segundo a distinção de Gramsci, somente das questões de ciência e de política, já que a crítica da degeneração capitalista do trabalho intelectual e da individualização das maiores aporias da cultura tradicional está igualmente ligada ao deciframento desse complexo “hieroglifo social”.

Porém, a verdade teórica que o problema intelectual significa, de diversas maneiras, quase todas as formas através das quais passa, por sucessivas etapas, a criação de uma nova “universalidade” foi freqüentemente contraditória e mal-entendida na política da classe operária organizada. A história do problema dos intelectuais dentro do movimento operário é em grande parte uma história do parcelamento desse novo nível de generalidade que, apesar de tudo, foi cada vez mais recolocado com maior urgência pelo desenvolvimento da luta de classe na Europa. Em certa medida, pode-se afirmar que o problema dos intelectuais foi sempre um detector das contradições e das dificuldades do movimento, um índice de todas as maneiras significativo de sua comprovação global nas diversas sociedades nacionais. O tema, que se encontra na origem dos partidos da Segunda Internacional na Alemanha, França e Itália, com toda a diversidade imposta pelas diferentes revoluções burguesas – ainda que com um aspecto substancial sempre idêntico: o da realização da autonomia cultural, política e organizativa da classe operária –, consolida-se, depois, no período compreendido entre as duas guerras, em relação ao primeiro Estado socialista e à capacidade dos partidos operários de controlarem e dirigirem os rápidos e convulsivos deslocamentos ideológicos de massa. Finalmente, continua sendo recolocado em nossos dias, simultaneamente, com conjunturas particulares ou fases de desenvolvimento de diferentes países.

Exatamente dentro da linha destas considerações mais gerais, nos pareceu que a reinterpretação de alguns trabalhos dedicados por Max Adler, de 1910 a 1926, à relação entre socialismo e intelectuais podia oferecer um ponto de observação útil sobre a situação teórica e política do marxismo da Segunda Internacional.

De fato, a tese que Adler readotava lucidamente, com rápidas anotações no prefácio de seu trabalho, de acordo com a qual a questão dos intelectuais deveria ser examinada do ponto de vista “de uma relação com a cultura”, não era, de modo algum, neutra e nem podia se circunscrever a uma área delimitada; ao contrário, implicava voltar a discutir as passagens fundamentais da interpretação do marxismo teórico e, ao mesmo tempo, reconsiderava profundamente a maneira como deviam ser aceitas e analisadas as contradições do desenvolvimento de uma sociedade capitalista. Exatamente nesse trabalho, os

temas da investigação do filósofo, que procurava estabelecer o espaço da análise teórica dentro do desenvolvimento do debate político, uniam-se à percepção do intelectual de que o mundo da cultura estava registrando cada vez mais, com maior fidelidade, a soma das inquietações e das contradições que arrastavam a sociedade europeia para uma dramática mudança de direção de sua história. Pode-se dizer, em certos aspectos, que esse trabalho de Adler situa-se, com todo o direito, no interior do marco da nova discussão dos maiores temas do movimento, que se projetam em torno de 1910 como pressentimento ou então como clara consciência das comoções da época que estavam por amadurecer. Se se quer, sua decisão, que o leva novamente a pensar a respeito de juízos que já eram considerados definitivamente conquistados, é que o estimula a refletir sobre alguns pontos centrais da sistematização vivida pelo marxismo dentro da gama de experiências históricas da classe operária europeia.

Certamente não era por casualidade que uma personalidade como Trótski, que se caracterizava por uma especial sensibilidade política sobre o problema da relação com os intelectuais, mostrasse, ao comentar o trabalho escrito por Adler, em 1910, incompreensão e desrespeito pelo conjunto das argumentações teóricas nas quais ele se baseava.³ Quando Adler recolocava, no final da primeira década do século XX, na Viena de Freud e Einstein, de Schönberg e Mussil, a possibilidade de uma adesão maciça dos intelectuais à causa do movimento operário socialista, o problema já se encontrava totalmente sepultado para a social-democracia alemã e europeia. Precisamente a conclusão do longo e atormentado debate sobre o revisionismo, anunciada oficialmente nas resoluções do Congresso de Dresden (1903), salientava o abandono e até a crítica definitiva dessa perspectiva. O problema dos intelectuais explodira em todos os países, na primeira metade dos anos 1890, no duplo e simultâneo fenômeno de uma forte expansão numérica desse estrato social e pelo interesse que o marxismo despertava então na cultura europeia. Em abril de 1894, Labriola, polemizando com Sombart, escrevia a Engels sobre isso: “O partido, exatamente por ser partido e não seita, não pode recusar a colaboração dessas forças, dizem na Alemanha. Senão acabaria por se ver sem ciência e sem intelectuais. Agora, aparecem em cena muitos Sombart, como antes de 1878. Esta é uma necessidade, mas também um perigo”.⁴ Labriola, em sua obra teórica, procurou descrever os traços fundamentais do que devia ser, depois de vinte anos, uma nova operação anti-Dühring, e confiou à capacidade do marxismo para retraduzir em sua própria linguagem os aspectos cientificamente mais relevantes das diferenças culturais nacionais, as soluções de problemas teóricos e políticos cada vez mais vinculados à expansão da influência de um partido. Porém, há que dizer logo que a solução que prevaleceu no partido-guia da Segunda Internacional foi muito diferente.

No decorrer do *Bernstein-Debate*, a ala revisionista foi exatamente aquela que recolocou e filtrou o problema dos intelectuais, tanto no âmbito político como no teórico. Por essa razão, dentro da resposta ortodoxa, ele foi identificado cada vez com maior clareza como uma das formas insidiosas de se atacar a autonomia ideal e política da classe operária. Precisamente no dia seguinte ao término do Congresso de Dresden, numa defesa-reabilitação de Mehring (duramente atacado nos debates do congresso, que exumara sua antiga polêmica contra o partido), Kautski tomava como ponto de partida a reevocação daquelas que haviam sido as vicissitudes nas relações entre os intelectuais e o partido, entre o marxismo e a cultura liberal durante a segunda metade dos anos 1860, para defender com firmeza aquilo que, em sua opinião, constituía um dos principais resultados alcançados na luta contra o revisionismo. As equivocadas posições defendidas então por Mehring deviam ser atribuídas a um clima de confusão e de mistura, ao qual tinha, definitivamente, colocado fim a polêmica de Engels contra Dühring, “que abrira uma nova era para o marxismo”.⁵ Desde então, o marxismo reunificara estritamente sua

dupla natureza de ciência e de doutrina de partido, aparecendo assim como um órgão dotado de um desenvolvimento autônomo e auto-suficiente. Ao definir a velha tese lassaliana de uma aliança entre a ciência e os operários⁶ como contrária à teoria marxista dos antagonismos de classe, Kautski reforçava sua condenação a muitas das instâncias apresentadas no debate dos anos anteriores: “Uma ciência que pretenda contribuir para a emancipação do proletariado não poderá ser desenvolvida a não ser pelo próprio proletariado”.⁷ Rosa Luxemburgo comentava no mesmo tom os resultados do congresso. Certamente não se poderia dizer que a missão cultural da social-democracia ficara prejudicada pela ruptura com o revisionismo, já que “sua relação com a cultura não estava confiada a elementos que vieram da burguesia, mas à própria classe operária, que está em ascensão”.⁸

Contudo, essa interpretação da autonomia do marxismo, conseguida com pouco esforço mediante a teorização da indiferença e da hostilidade para com qualquer possível processo de desenvolvimento colateral da cultura contemporânea, essa frontal oposição entre o partido da classe operária e os intelectuais enquanto expressão e porta-vozes de novas formas de consciência e elaboradores e especialistas da ideologia, não era nada mais que um aspecto, embora essencial, do novo conceito de ortodoxia colocado à prova por Kautski. O objetivo de toda sua batalha contra o revisionismo fora de preservar uma concepção de programa entendido não como um conjunto de reivindicações políticas determinadas, destinadas a estabelecer a iniciativa do partido em fases específicas da luta, na medida em que podiam ser modificadas uma ou mais vezes, mas como um bloco indissolúvel de teoria e política, dentro do qual os termos perdiam seus respectivos campos de autonomia e o marxismo se convertia em ideologia finalista do proletariado. “Teoria e prática encontram-se ligadas numa ação recíproca interna e não se pode modificar uma delas sem que se seja também obrigado a modificar a outra”;⁹ essa era a convicção que servia de base à concepção kautskiana do programa, definido como “uma espécie de catecismo da social-democracia”.¹⁰ Enquanto não se conseguir fazer uma nova fundamentação teórica do socialismo no lugar de *O capital* – dizia ele, em 1904, fazendo eco da batalha anti-revisionista –, “não será tampouco necessária a revisão dos princípios do Programa de Erfurt”.¹¹

Em grande parte, a sistematização da doutrina emanada da discussão sobre o revisionismo atravessou incólume a crise da Segunda Internacional, devido ao fato de que Kautski conseguiu identificar esse conceito de ortodoxia com a vocação intransigente e revolucionária da social-democracia. Sobretudo a visão do papel da teoria não sofrerá modificações profundas e duradouras nem mesmo quando, no auge da crise surgida na sociedade européia com a guerra mundial e com a revolução russa, verifica-se de novo uma grande afluência de intelectuais para as fileiras da classe operária. Gramsci, certamente, será uma exceção e um parêntese. Não é exagero afirmar que se teve que esperar até o XX Congresso do PCUS para que fosse reaberta uma discussão e uma investigação sobre o estatuto teórico do marxismo dentro do movimento operário. Referimo-nos às investigações destinadas a “dar à filosofia uma morte digna dela; uma morte filosófica”,¹² às diferentes direções em que se desenvolve, em nosso país, a reflexão sobre a teoria do marxismo “em formas que levam em conta suas amplas dimensões reais e em formas analíticas e críticas”,¹³ mas também à reflexão sobre os avanços a que, em diversos níveis, foram levados alguns dos grandes protagonistas sobreviventes da Terceira Internacional, que guardam em sua experiência pessoal toda uma gama histórica do marxismo e do movimento operário.

Quando Lukács, em 1967, afirmava que “[...] além disto, na atualidade, não sinto desgosto por ter aprendido rudimentos das ciências sociais de Simmel e de Max Weber mais que de Kautski. E não sei se hoje se poderia dizer que isso foi uma circunstância

favorável para a minha evolução”,¹⁴ salientava com extraordinária eficácia, melhor que qualquer consideração teórica, a profundidade e a amplitude da reconsideração crítica do marxismo que estava estimulando de maneira cada vez mais aberta nos últimos anos de sua vida. Para quem, a partir dos anos 1930 até o período completo da Guerra Fria, trabalhara para aprofundar e problematizar de novo, ainda que, certamente, com uma riqueza de pensamento filosófico diferente, o esquema mehringuiano da ininterrupta decadência da cultura burguesa a partir de 1848 – ou seja, exatamente o esquema com o qual a social-democracia exorcizara os avanços da cultura alemã na passagem do século XIX para o século XX, nos anos do debate sobre o revisionismo –, uma confissão semelhante não soava unicamente como uma reabilitação tardia da própria biografia intelectual, mas significava também um repúdio a alguns preconceitos fortemente enraizados no movimento comunista, cuja primeira aparição remontava exatamente ao início do século XX.

Também para outro grande protagonista da violenta ruptura com os esquemas dogmáticos da Segunda Internacional, acontecida inicialmente no movimento comunista e de seu posterior e lento ressurgimento – refiro-me a Palmiro Togliatti –, devia-se ler nas posições colocadas no XX Congresso do PCUS um importante significado teórico que estava essencialmente em “um regresso ao bom método marxista do exame objetivo da realidade como guia para uma política, uma estratégia e uma tática justas”.¹⁵ Do mesmo modo, quando veio da China Popular – por uma singular ironia da história – uma enésima re colocação dos conceitos de revisionismo e de ortodoxia, a reação de Togliatti não teve qualquer ambigüidade: “O que é rejeitado por Pequim como revisionismo é, na realidade, o marxismo criador”.¹⁶ Nessa reivindicação polêmica do direito à revisão havia, na realidade, um repúdio a um esquema interpretativo que exatamente pela discussão que fora aberta no final do século passado no SPD, pesara, dentro de realidades políticas sumamente diferentes entre si, sobre toda a história posterior do movimento operário.

Há que se ter coragem para dizer aos dirigentes chineses que se por revisionismo entende-se o desenvolvimento de nossa doutrina e de nossas ações em condições radicalmente diferentes das do passado, e, por isso, de modos e formas e com conteúdos novos que não podiam ser previstos há cinquenta anos, vinte e nem sequer há dez anos, não só não condenamos como não tememos este desenvolvimento, mas o desejamos, e isto constitui nosso dever primordial! Jamais reduziremos o marxismo a um repertório de máximas, de dogmas válidos para todos os tempos e para qualquer ocasião, a um rosário de jaculatórios com que alguém se benze para se consolar por não ser capaz de incorporar ao desenvolvimento da realidade uma ação mais eficaz de nossa parte.¹⁷

Na adoção do conceito de revisionismo como sinônimo de desenvolvimento de uma elaboração política marxista está situada a ruptura da identidade entre teoria e política que fundamenta a interpretação kautskiana da ortodoxia. Que no desenvolvimento histórico concreto surjam novos elementos e novas situações que precisam ser analisados e avaliados criticamente, adequando-se a eles o comportamento prático-político, não significa de modo algum colocar de novo em discussão o conteúdo científico do marxismo ou proceder a uma revisão de seus fundamentos. O nível teórico que garante a fundamentação científica do marxismo não só não é colocado em discussão pela existência de uma multiplicidade de fenômenos diferenciados entre si, mas, na interpretação de uma pluralidade histórica reforçam-se, ou melhor, consolidam-se os elementos constitutivos de sua identidade. Essa afirmação de Togliatti é, na realidade, na história do movimento operário internacional do século XX, um ponto de chegada exaustivamente conquistado. Como se sabe, mesmo dentro da tradição leninista reproduzira-se uma

prática da ortodoxia entendida como adaptação exterior e mecânica a alguns princípios dados.

De modo totalmente simbólico recordamos essas posições para realçar que na polêmica anti-revisionista da Segunda Internacional estabelecem-se algumas estruturas interpretativas do marxismo que são de longo alcance, cuja corrosão interna se dá com dificuldade através de uma gama muito complexa e muito variada de experiências históricas. Em outras palavras, voltar a observar como num determinado período histórico enfrentou-se e resolveu-se o problema do papel da teoria dentro de um movimento organizado da classe operária, tanto em suas implicações culturais como nas mais diferentes políticas, significa tocar em algumas questões históricas do marxismo cuja esfera de eficácia não pode ser considerada rigidamente encerrada num período determinado. Redescobrir a impossibilidade de reduzir a Segunda Internacional à falência de 4 de agosto de 1914¹⁸ não pode significar uma suspensão do julgamento sobre sua herança histórica. Tampouco parece aceitável ainda o julgamento de Karl Korsch – que, em nossa opinião, pesou muito nos estudos mais recentes de história do marxismo –, segundo o qual a crítica do kautskismo não pode ser separada da crítica da consciência não só dos elementos objetivos que de certo modo tornaram necessária sua existência (ou seja, a estagnação do movimento numa época de intenso desenvolvimento capitalista), mas tampouco do papel desempenhado por essa sistematização do marxismo na determinação dos primeiros elementos de uma autonomia ideal e política da classe operária, e abrir assim o caminho para possíveis desenvolvimentos posteriores.¹⁹ O próprio Korsch, ao estudar novamente o tema, em 1929, observava talvez o excessivo otimismo dessa posição, quando sentia a necessidade de chamar a atenção para os perigos relacionados com ela, tais como os “desse historicismo primitivo que se justifica a si mesmo e afirma necessário mesmo em seus aspectos mais monstruosos todo desenvolvimento histórico pelo fato que em seu devir histórico desenvolveu-se desta forma”.²⁰

1. INTELLECTUAIS E CAMADAS MÉDIAS

O tema dos intelectuais dentro do movimento operário sempre englobou duas ordens de questões que podem ser diferenciadas tematicamente entre si, ainda que não conceitualmente. De acordo com o modo como se concebe a relação entre teoria e política dentro do partido, chega-se também a diferentes modos de conceber o papel dos intelectuais na sociedade e as formas como se pode dar a sua conquista para os objetivos do movimento.

Quando Adler afirmava que a perspectiva do socialismo só se podia abrir para o intelectual a partir de uma teoria crítica que permitisse “chegar à inteligência teórica do movimento histórico em seu conjunto”, postulava simultaneamente uma concepção do marxismo na qual a relação entre capital e trabalho surgia como o ponto máximo de uma contradição que atingia de igual maneira todos os aspectos, tanto materiais como espirituais da vida social do modo de produção. Redescobrir a origem da “separação” (*Sonderung*) entre a cultura e os intelectuais a partir da análise da “totalidade da experiência social” significa também redescobrir o caráter não-separado do movimento operário, sua irreduzibilidade a um movimento de assalariados e sua vocação universal. Vinha abaixo simultaneamente a própria possibilidade de uma oposição entre ciência burguesa e ciência proletária. A cientificidade do marxismo só podia ser demonstrada através de um confronto com todas as demais formas de consciência teórica, ou seja, se conseguia afirmar-se nos fatos como a única forma possível de compreensão do mundo humano e social. Mas nisso exatamente reside sua ruptura com as concepções dominantes na Segunda Internacional.

Em 1905, ao publicar o índice da *Die Neue Zeit* correspondente aos primeiros vinte anos de atividade (1883-1902), Kautski salientava que a capacidade de consolidação da revista, enquanto unidade de “órgão de partido” e “órgão científico”, passara, primeiro no momento de sua constituição e depois durante a discussão sobre o revisionismo, por sua capacidade de apresentar uma imagem do marxismo claramente separada e até frontalmente oposta às tendências que operavam na cultura alemã: “As leis de exceção, ao frustrarem os sonhos de Schäffle, de Höchberg, dos rodbertusianos, etc., também puseram fim às tentativas de publicar uma revista científica do socialismo como órgão dos intelectuais da social-democracia para a conquista dos intelectuais da burguesia”.²¹ Pudera-se comprovar que o momento mais favorável para a criação de um órgão científico do marxismo fora aquele em que o movimento, pressionado pelo inimigo, viu-se obrigado a cerrar fileiras e a se fechar em si mesmo. Foi preciso fazer novamente a mesma operação com o revisionismo que representara, segundo Kautski, uma tentativa semelhante para reabrir no plano científico e no plano político um estado de confusão análogo ao que existia nas relações entre intelectuais e partido no período anterior à fundação da *Die Neue Zeit*. O passado “hörchberguiano” de Bernstein era de certo modo uma representação material da continuidade existente entre dois importantes momentos da história interna do partido.

Porém, independentemente da interpretação kautskiana do devir histórico da social-democracia alemã, o certo é que por volta de meados dos anos 1890, mesmo antes do começo do *Bernstein-Debatte*, o problema dos intelectuais adquirira grande força no partido em virtude de uma poderosa onda de adesão e de simpatia pela social-democracia difundida nos meios da cultura alemã. Não era casual que em 1895 tivesse começado sua publicação uma revista como a *Sozialistischer Akademiker*, ou seja, uma revista feita por intelectuais social-democratas e dirigida especificamente para os problemas da cultura. Em 1896, o Congresso de Gotha foi envolvido por uma grande discussão sobre o modo como o proletariado devia se comportar em relação às tendências artísticas mais recentes; e se o “naturalismo” tornou-se particular objeto de reflexão, o que se discute, no entanto, é o problema mais geral das relações com a cultura não-socialista.²²

Comentando num editorial da *Die Neue Zeit* os resultados do congresso, Mehring começava por lançar a tese que se encontra organicamente desenvolvida depois nos *Ästhetische Streifzünge* de 1898: “os operários desprezam profundamente o tipo de arte com que a burguesia atualmente se deleita e vêem na arte moderna mais um fenômeno significativo que os anima ainda mais em sua luta”. Porém, as coisas mudam se no lugar de Hauptmann ou Lindau leva-se em consideração Goethe ou Schiller. “A arte moderna é profundamente pessimista, enquanto o proletariado moderno tem princípios fundamentalmente otimistas. Toda classe revolucionária é profundamente otimista.” A arte moderna, diz também Mehring, “nasce dos meios burgueses e é o reflexo de uma decadência ininterrupta, que nela se reflete fielmente”. O ideal de uma arte pura é uma herança da “tradição romântica e reacionária”.²³

Como se pode ver, trata-se de um conjunto de afirmações destinadas a ter uma ampla acolhida na história do movimento operário. Foram rapidamente citadas porque constituem a contrapartida cultural de uma posição política atinente à relação entre social-democracia e intelectuais que o próprio Mehring já adotara em 1894, quando a questão ainda estava no início. No fundo, também está subjacente nesse caso o esquema da irreversível decadência da cultura burguesa. Depois de recordar o período heróico da *Burschenschaft*, com matizes parecidos com aqueles que são encontrados no trabalho de Adler, que tendo começado depois de Waterloo findara-se historicamente com as jornadas de 1848, Mehring afirmava que era totalmente inconcebível que os estudantes, enquanto classe, pudessem “voltar novamente à cena do desenvolvimento histórico”. Em

virtude do próprio nível alcançado pela luta de classes podia se excluir que os estudantes fossem capazes de trazer para o movimento operário qualquer elemento posterior de clareza; defender o contrário era querer dizer que o movimento social-democrata, tal como fora construído, encontrando suas bases nas massas operárias, “não estava ainda maduro para a solução de sua tarefa histórica mundial”.²⁴

Também no artigo programático da *Sozialistischer Akademiker* reconhecia-se explicitamente que a constituição de partidos da classe operária tornava impossível a reconstrução do bloco entre intelectuais e “povo”, que diferenciara o movimento de 1848. Mas essa consideração não excluía a existência de novas formas do problema dos intelectuais e, especialmente, não negava a razão de ser da criação de uma revista especificamente voltada para o estudo desse tema. Se é certo que o desenvolvimento do capitalismo deixara pontencialidade revolucionária aos intelectuais enquanto grupo social, haviam sido determinadas posteriormente dentro do próprio trabalho intelectual novas contradições que, ainda que fossem iluminadas e explicadas pela teoria marxista, podiam reatualizar a perspectiva de uma união com a classe operária. Em primeiro lugar, tratava-se de mostrar que o socialismo era “o único sistema político voltado para a consecução da liberdade e construído com uma base científica”. A batalha teórica tinha que encontrar seus instrumentos específicos de intervenção.

Reprovam-nos porque existem muitas obras que têm uma força agitativa extraordinária. O fato é que existe também uma literatura burguesa que levando em conta as conquistas da ciência moderna e, por conseguinte, também do socialismo, procura justificar, com uma lógica não muito rigorosa, a atual sociedade. Não se trata de uma literatura unitária, “fechada em si mesma”; pelo contrário, se serve dos sistemas filosóficos mais diversos e tem uma influência sobre o mundo da cultura que não pode ser desprezada. A imprensa socialista não tem a capacidade suficiente para acompanhar dia-a-dia tais teorias em seus detalhes, porque os leitores para os quais é destinada propriamente, isto é, as fileiras dos trabalhadores assalariados, têm necessidade de outros alimentos que não as “especialidades” do mundo da “cultura”. A inteligência dos trabalhadores manuais é muito sábia para não distinguir os traços característicos dos absurdos dessas teorias e nesse sentido seria supérfluo insistir ainda mais no tema. Este é um ponto que tem não pouca importância mesmo para o mundo acadêmico. De fato, essas teorias servem para confundir determinada inteligência que poderia ser utilizada de outra forma, e, da mesma maneira, uma coisa talvez igualmente importante, formam em grande parte os fundamentos das opiniões políticas desses meios. Nosso periódico, baseando-se na sólida lógica do socialismo, deve lançar um protesto contra a pretensa superioridade desses meios.²⁵

Se observamos que a *Die Neue Zeit* aborda simultaneamente o mesmo tema e dedica em 1895 uma série de artigos ao mesmo problema,²⁶ encontramos uma colocação totalmente diferente. Com o Congresso de Breslau e as primeiras discussões sobre o programa agrário, colocou-se o problema das alianças da classe operária com estratos não-proletários. Abrindo as discussões, a nota da redação já anuncia com precisão qual é a perspectiva como se vê o problema: “Duas grandes questões ocupam atualmente nosso partido: por um lado, sua posição diante das diferentes classes da população agrícola e, por outro, sua posição em relação aos diferentes estratos da chamada inteligência”.²⁷ Eis exposto com grande clareza o ponto de vista presente em todas as contribuições seguintes. O problema dos intelectuais é essencialmente um problema de análise da estratificação social. A possibilidade que tem a social-democracia de estabelecer com eles relações políticas refere-se exclusivamente ao grau de sua proletarização e ao significado mais específico que se deve dar nesse caso ao termo. Nota-se que o desenvolvimento do capitalismo, no mesmo momento em que dissocia a função intelectual das classes dirigentes, multiplica por suas próprias exigências de desenvolvimento essa espécie de trabalho improdutivo.

O ensaio de Kautski, que incluímos nesta coletânea,²⁸ resume de maneira exemplar todo um enfoque que é comum à revista enquanto tal. Falando da *Intelligenz* como de um novo tipo de classe média, ele resolvia de maneira provisória, com uma consideração exclusivamente sociológica, toda a variedade de temas que se relacionavam com a questão dos intelectuais. A possibilidade de se conquistá-los para a causa do socialismo era confiada aos instrumentos normais de propaganda social-democrata: “[...] fazer-lhes compreender a justificação histórica do objetivo final do proletariado e a necessidade de sua vitória”. Aqui já encontramos explícita a tendência kautskiana de converter a teoria que ilustra a inevitabilidade do socialismo no instrumento com o qual se resolve uma série diversa de problemas de curto e médio prazos e, desse modo, para substituir o conhecimento de determinados processos sociais pelas armas da ideologia de um partido que apresenta sempre o mesmo aspecto diante da multiplicidade de exigências que surgem de uma sociedade extremamente diferenciada. Porém, coloca-se também, em primeiro lugar, a divisão entre a consideração sociológica do intelectual e a visão do intelectual como porta-voz da ciência e da ideologia.

2. BERNSTEIN E O PROBLEMA DO ÉTICO-POLÍTICO

O problema dos intelectuais, ainda que não levado em conta formalmente senão depois de 1895, colocaria em evidência toda a diversidade de suas implicações precisamente na discussão sobre o revisionismo. Quando, depois de inaugurada uma nova fase do desenvolvimento capitalista mundial, a questão dos intelectuais se choca – como dizia agudamente Labriola, salientando exatamente aquilo que em sua opinião era o centro real da pretensa crise teórica do marxismo – “contra a mais complicada resistência das relações econômicas e contra os mecanismos mais enredados do mundo político”,²⁹ se torna o ponto em que as considerações teóricas e as observações políticas se colocam de acordo e se fundem entre si, na tentativa de dar uma resposta adequada à principal interrogação de toda uma discussão: qual é o tipo de partido e de iniciativa política mais capaz de intervir na nova situação que se perfila. Podemos dizer desde agora que o *Que fazer?*, pensado e escrito no clima candente da “revisão” do marxismo, é o mais alto grau de explicitação – favorecido, de certo modo, pelo próprio atraso do movimento operário russo – de um problema que tem caráter internacional.

Exatamente na Alemanha, com o fim das leis de exceção e o começo dos anos 1890, dá-se pela primeira vez a passagem da fase da conjunção das forças da classe operária para a de sua utilização consciente, dentro do marco de uma sociedade que vê configurar em seu próprio interior a tendência de todos os seus componentes para agirem de forma cada vez mais organizada. Certamente não é casual que a discussão sobre o revisionismo tenha como ponto de partida um texto como a “Introdução” de Engels a *As lutas de classes na França*, no qual se procura colocar em evidência, como lugar de periodização do capitalismo e do movimento operário, em relação a 1848, a tendência de uma sociedade capitalista madura para dar a si mesma, em suas manifestações diversas e contraditórias, o aspecto de uma organização permanente e consciente no campo da luta social e política: o partido de massa da classe operária, mas também o Estado que amplia seus poderes até a sociedade. Baseando-se nessa nova realidade, a obra de Marx começa a aparecer como um modelo de sociedade pura, necessitado de comprovação e de modificação em relação aos desenvolvimentos reais.

Labriola, salientando uma vez mais no texto mencionado acima o caráter “enciclopédico” de *As premissas*, lamenta que o autor não “tivesse começado a discussão diretamente pela ação prática e posteriormente pela atitude política do partido, dadas as condições particulares da Alemanha”.³⁰ Contudo, se o caminho mais apropriado para o estudo dos

problemas colocados sobre a mesa fora preconceituosamente descartado, se para abrir uma discussão sobre as “tarefas da social-democracia” partira-se das “premissas do socialismo”, isso não devia ser debitado ao pedantismo de um só indivíduo. Nesse caso, Bernstein participava com todo o direito de uma visão da relação entre teoria e política que era própria de todo o grupo dirigente do partido – em primeiro lugar de Kautski –, em virtude da qual na obra de Marx estava contida não tanto e não somente a análise teórica das linhas de desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas também a descrição material das formas de sua concreta história presente e futura. A validade da teoria – essa era a convicção comum às diferentes posições – só podia ser reafirmada mostrando-se sua concordância imediata com o desenvolvimento dos fatos. As “leis” com que Marx dera a demonstração lógica da historicidade do modo de produção tinham que ter sua verificação empírica, conforme o conceito que se estabelecera em dependência com o desenvolvimento das ciências físicas. Mas, em segundo lugar, e esse era o ponto mais importante, a demonstração da necessidade histórica do movimento e de seus objetivos dependia também da possibilidade de se verificar as leis.

“O irresistível desenvolvimento econômico – afirmara Kautski no comentário ao Programa de Erfurt – produz como necessidade natural o colapso do modo de produção.” A demonstração do caráter “inevitável” e já não somente “desejável” do advento de uma nova sociedade, assim como as próprias razões da existência de um programa político para o socialismo, dependia da verificação, na realidade, das três leis sobre as quais se construía a teoria do colapso (proletarização, concentração e superprodução crescentes). “Se as críticas de Bernstein à teoria do colapso tivessem fundamento – afirmará Kautski em 1899 –, todas as proposições básicas do nosso partido constituem um grande erro. Mas não só elas. Se o número de proletários diminui, se o capital não conseguiu dominar a produção e se o mercado não é capaz de uma ampliação imprevisível, o que acontecerá com o socialismo?”³¹

De fato, é difícil compreender o tortuoso e complicado desenvolvimento de toda a disputa sobre o revisionismo com a contínua mescla de planos teóricos e planos tático-políticos que a caracterizavam se não se tem presente qual era a noção de programa introduzida no SPD. Muito antes do começo do *Bernstein-Debatte* o programa do partido, em vez de esboçar um conjunto de reivindicações políticas determinadas, destinadas a fixar a iniciativa do partido em cada fase de luta, e do mesmo modo também modificável enquanto tal, apresenta um bloco indissolúvel de teoria e política dentro do qual os termos perdem seus respectivos campos de autonomia. Era exatamente um dirigente como Bebel, muito distante da sensibilidade precisamente doutrinária, que afirmava em plena discussão que questionar os fundamentos da teoria (*Grundsätze*) significava inevitavelmente “colocar em discussão a tática, nossa posição como social-democracia, o ser ou não ser partido”.³²

Mas uma vez colocada a necessidade que as afirmações da teoria encontrassem uma comprovação direta nos fatos e uma vez que se tinha feito depender dessa comprovação a própria justificação do movimento, era inevitável que toda observação sobre as formas de desenvolvimento econômico pudessem, enquanto tal, autorizar uma rediscussão sobre a teoria e, em segundo lugar, que toda rediscussão da teoria repercutisse imediatamente nas orientações políticas: o revisionismo teórico não podia deixar de ser um revisionismo político e vice-versa. O enciclopedismo de Bernstein tinha origem no caráter primitivo da interpretação de Marx própria de toda a social-democracia alemã. Nas primeiras páginas de *As premissas* encontra-se enunciado o propósito de fazer uma “separação sistemática entre a ciência pura do socialismo marxista e suas partes aplicadas”, ou seja, de fazer uma distinção entre os fundamentos teóricos do marxismo e a “doutrina aplicada”, sem o que, dizia Bernstein, “este perderia todo o significado como ciência

política”.³³ Mas certamente não se pode dizer que esse critério encontrara eco no desenvolvimento da obra. Ele mesmo dizia com muita clareza qual era a essência de sua posição, numa carta a Victor Adler:

A doutrina não é, na minha opinião, suficientemente realista; ficou atrasada, por assim dizer, a respeito do desenvolvimento prático do movimento. Talvez possa servir ainda para a Rússia (embora também aí, sob a liderança de Struve, Prokopovich, etc., está se formando, contra a ortodoxia de Plekhánov, uma oposição aos que estão dirigindo seus insultos contra mim), mas em sua antiga interpretação já está superada na Alemanha, não se adapta, como todos começam a ver, à Inglaterra, e naquilo que diz respeito à Bélgica (Vandervelde) tenho razão em afirmar que minhas heresias foram recebidas com alegria.³⁴

A convicção subjetiva de Bernstein está, pois, em que se deve proceder a uma revisão de Marx partindo-se da comprovação das formas assumidas pelo desenvolvimento nos países capitalistas avançados. Mas suas observações críticas longe de comprometerem um aspecto qualquer da obra de Marx, desenvolvem ao contrário uma função seriamente corrosiva da imagem, certamente simplista e cada vez mais inadequada, do desenvolvimento capitalista contida na teoria do colapso. Examinada novamente desse ponto de vista, a investigação de Bernstein coloca na mesa uma problemática que reflete realmente o grau de maturidade alcançado pelo partido, tanto a nível objetivo como subjetivo. Se nos mantemos distantes da concepção deformada da teoria que marca todo o desenvolvimento da discussão, não é difícil nos darmos conta que todos os elementos sobre os quais ele chama a atenção convergem no apelo para um aprofundamento da elaboração política do partido no desenvolvimento de uma ciência política que seja capaz de valorizar, fora de esquematizações ideológicas pré-constituídas, o surgimento de fatos novos cada vez maiores no âmbito do concreto histórico. Por trás de toda a polêmica contra a lei está sempre, para Bernstein, a exigência da iniciativa política.

Em geral, pode-se dizer que sua crítica inspira-se numa dupla exigência: 1) impedir que a teoria do condicionamento da superestrutura por parte da estrutura elimine, tanto na perspectiva teórica como na perspectiva política, todo o campo em que se dá a formação de uma consciência ideológica de massa. “O materialismo histórico – dizia – não nos ajuda a superar o fato de que a história é feita pelos *homens*, que os homens têm *cabeça* e que a disposição das cabeças não é coisa tão mecânica que possa ser governada somente por meio da situação econômica”;³⁵ 2) identificar na organização das forças sociais, tanto no terreno da luta política como no desenvolvimento econômico, o principal obstáculo para se adotar a imagem kautskiana do processo histórico como desenvolvimento retilíneo de uma *Gesetzmässigkeit*, que acaba por expulsar da esfera da própria consideração o papel determinante que as forças históricas exercem. “O nexos causal entre o desenvolvimento técnico e econômico e o desenvolvimento das demais instituições sociais – dizia também Bernstein expressando com sua maneira de falar a idéia da ‘complicação’ das relações sociais e políticas – torna-se cada vez mais mediato, e assim as necessidades naturais do primeiro se tornam cada vez menos decisivas para a configuração do segundo.” Daí deduzia ele não “uma diminuição, mas um aumento e uma qualificação das tarefas políticas e sociais da social-democracia”.³⁶

Em apoio à tese de que definitivamente em torno do problema de uma qualificação e de um desenvolvimento da iniciativa do partido girava toda a multiplicidade dos temas e dos pontos de reflexão teórica contidos nas duas séries de “Problemas do socialismo”, pode-se recordar aqui, brevemente, que ainda em janeiro de 1897, no decorrer de uma discussão com Giovanni Lerda sobre a tática do partido, Bernstein chegou a propor um tema, tão cheio de ressonâncias para a história do movimento operário, como

o dos compromissos em política. Para Lerda, a defesa de uma tática intransigente apóia-se diretamente no cumprimento forçado das leis do materialismo histórico, segundo o qual o desenvolvimento econômico não pode deixar de gerar uma contradição crescente entre a classe dos explorados e a dos exploradores. Porém, se se quer permanecer dentro de uma analogia entre fenômenos sociais e fenômenos físicos, objeta Bernstein, pode-se imaginar um mundo da política como um campo de forças opostas, no qual sairá vitoriosa aquela força que souber combinar o maior número de elementos que caminham na mesma direção: “Porém, em política, a combinação das forças não pode ser conseguida a não ser por meio dos compromissos ou das alianças”. Além disso, qualquer que seja o grau de coação exercido pelas necessidades das leis que governam o ritmo de desenvolvimento da história, a tarefa da social-democracia, enquanto partido, não pode ser outra senão a de abreviar o seu curso, “colocando uma ação consciente e planejada no lugar da cega operação das forças puramente mecânicas”; e é exatamente aí que se deve descobrir, “em última instância, o fundamento de toda a discussão sobre a tática”.³⁷

A intuição política que estava por trás das discussões teóricas de Bernstein era que, uma vez constituído um grande partido socialista, sua possibilidade de conquistar novas vitórias e de ampliar ainda mais sua influência política não podia ser medida pelo desenvolvimento quantitativo da classe operária, pelo aumento do ritmo da proletarização, mas sim por sua capacidade de estabelecer novas relações políticas com outros estratos sociais: “[...] o partido do proletariado consciente converte-se assim no partido de todos os possíveis descontentes”. A busca de alianças e de acordos, que deviam ser feitos no decorrer da ação e sem comprometer a esfera dos princípios – especificava Bernstein –, longe de atentar contra a solidez do partido, aumentaria sua agressividade política, sua capacidade de penetração na sociedade nacional. Ao negar a possibilidade de se fazer uma casuística preventiva entre acordos possíveis e impossíveis, Bernstein confiava, ao contrário, sua realização ao abandono de frases genéricas de propaganda, ao estudo e ao conhecimento da efetiva realidade, em primeiro lugar, dos partidos adversários.

Já colocamos aqui a essência das posições que Bernstein defenderá no debate com Kautski aberto no *Vowärts* na primavera de 1899, logo após a publicação de *As premissas*. As experiências práticas do movimento pareciam, então, confirmar com evidência maior suas teses. Com a mudança de rumo ocorrida no final do século, parecia não só cada vez mais difícil controlar a situação mais periférica da Itália dentro dos esquemas de um mero movimento de classes, mas na própria França apresentara-se a necessidade que um partido socialista lutasse juntamente com outras forças políticas por objetivos que se interessassem por linhas mais gerais do desenvolvimento democrático da sociedade nacional. A esse respeito, Bernstein comprazia-se então em citar um comentário político de Lagardelle, que de uma maneira muito pertinente exprimia o sentido de toda sua crítica à teoria do colapso: “A luta de classes recebe seu significado concreto. As classes já não são consideradas como círculos concêntricos que não se cortam nem se influenciam reciprocamente. No caso Dreyfus, as fórmulas chocaram-se com os fatos e foram destruídas. Trata-se de uma revolução do método”.³⁸

Falando mais em geral, a crítica da interpretação determinista do materialismo histórico e da sua redução à aparência de toda a esfera do não-econômico abria espaço para uma valorização totalmente nova da capacidade política do partido:

A maturidade dos proletários não é um fator econômico, mas ético, sua força é uma força política, ou seja, político-social [...] Exatamente porque reconheço a força da consciência do direito como fator dinâmico do desenvolvimento da sociedade não dou à questão do aumento ou da diminuição dos proletários a importância que lhe dão e certamente devem dar os que estão aferrados ao princípio da “imaneente necessidade econômica”.³⁹

Se queremos resumir numa fórmula o conjunto das argumentações de Bernstein, podemos dizer que convergem todas para um só objetivo: introduzir a consideração do momento *ético-político* na concepção do desenvolvimento da luta de classes; criticar a concepção materialista da história como instrumento teórico que serve de base para a possibilidade de uma ciência política, na convicção de que essa supõe, como elemento prioritário, uma esfera do econômico enquanto tal, que devido à comprovação das formas adotadas pelo desenvolvimento capitalista aparece cada vez mais abstrata e irreal. O crescimento das forças produtivas se dá, ao contrário, numa combinação cada vez mais estreita entre economia e política, entre Estado e sociedade civil. Porém, diferentemente, por exemplo, de Sorel que, compartilhando uma sensibilidade semelhante diante do problema “religioso”, consegue de certo modo encontrar a diferença entre os textos de Marx e a interpretação majoritária que se deu a eles, e propõe pela primeira vez a fórmula de um “regresso” a Marx, para Bernstein o conjunto dos elementos que constituem o objeto de sua reflexão já é incompatível com os fundamentos da doutrina. A consideração do elemento ético-político é destrutiva, não tanto e não somente para a teoria do colapso, mas para o sistema científico como tal. Bernstein, como participante e ele mesmo protagonista, diferentemente de Sorel, do modo como a partir dos anos 1880 difundiu-se o marxismo e foi assimilado pela social-democracia, não consegue, realmente, colocar em marcha um processo de reconsideração crítica da interpretação anterior do marxismo. Determinadas análises, colocadas ao falar dos acordos, jamais sairão de sua pena. As igualmente fecundas intuições sobre as transformações do capitalismo e as modificações que implicam para o desenvolvimento da luta política e da própria concepção de um avanço do socialismo, ficarão envoltas para sempre no jargão pseudo-filosófico, frequentemente não-propostas, de uma disputa doutrinária que jamais chegou a realizar o objetivo a que se havia proposto: a conquista da especificidade da análise política e a demonstração de sua irreducibilidade à mera aparência do econômico.

Nisso centrou-se exatamente a reflexão sobre o kantismo de Bernstein, ou seja, sobre o instrumento cultural do qual se serviu essencialmente para expressar uma perspectiva crítica destinada por essa via a permanecer prisioneira da ambigüidade de uma disputa doutrinária, isto é, de uma forma que não refletia, mas, ao contrário, deformava seu conteúdo. Na conferência apresentada na Sozialwissenschaftliche Studentenverein, de Berlim, em maio de 1901, sobre o tema por si mesmo significativo, *Wie ist wissenschaftlicher Sozialismus?* (É possível o socialismo científico?) – que devia reabrir os ecos da polêmica do Congresso de Lubeck, do mesmo ano –, Bernstein procurava fazer uma apresentação orgânica e resumida do significado que assumira, para ele, a filosofia kantiana. Ao reimprimir no ano seguinte o mesmo texto na França, resumia assim seus objetivos:

Queria estabelecer uma delimitação mais precisa sobre os respectivos papéis da consciência científica e da vontade – na medida em que esta se move por um interesse ou por um ideal – dentro da doutrina socialista. Somente neste sentido afirmei, certa vez, que podia adotar a célebre fórmula *Zurück auf Kant* [Retornemos a Kant] [...] O método seguido por Kant para separar a ciência e a metafísica transcendental pareceu-me, e continua me parecendo ainda, um excelente modelo para separar dentro da doutrina socialista o real, objeto da ciência, do ideal, objeto da especulação.⁴⁰

Max Adler estabelecerá um estreito vínculo de dependência entre a publicação, no inverno de 1895-1896, do livro de Stammler, *Wirtschaft und Recht nach der materialistischen Geschichtsauffassung* (Economia e Direito na concepção materialista da história) e o princípio da discussão de Bernstein na *Die Neue Zeit* no outono de 1896. A tese central do estudo de Stammler, sobre a qual voltaremos pela importância que Adler lhe atribuiu, e que chegava a definir como *epochemachende*,⁴¹ pode ser resumida, por agora, na afirma-

ção de que causalidade e teleologia são conceitos que se excluem reciprocamente. Por isso, o impulso ideal que se encontra no desenvolvimento social, a tensão por um Estado de justiça social não pode ser levada em conta pela concepção materialista da história sem que essa entre em contradição com seu princípio de necessidade e de lei. De fato, precisamente na mesma linha dessas considerações começa a desenvolver-se toda a reflexão de Bernstein, sobretudo a partir do ensaio sobre “O momento realista e o momento ideológico no socialismo”:

Por mais que acreditemos que somos vigorosos realistas materialistas, poderemos nos dar conta com um rigoroso exame que raciocinamos como qualquer idealista, apenas afastamos os olhos da vida cotidiana sem incidentes para voltá-los para os problemas mais profundos da vida. Então nos deparamos sempre com pontos que nada têm a ver com os fatos perceptíveis pelos sentidos ou capazes de serem demonstrados, a não ser com argumentações de nossa razão, como “idéias” sob as quais supomos que existe uma realidade mais ou menos provável, mas que não pode ser demonstrada. Todo materialismo, numa palavra, só está condicionado e aproxima-se mais do modo de pensar espiritualista que o nega e não o que o reconhece [...] Kant, o idealista transcendental, era de fato um realista muito mais rigoroso que o chamado materialismo físico.⁴²

A identificação do conceito de ciência próprio do marxismo com aquele que, definitivamente, corresponde às ciências naturais, que leva Bernstein, em primeiro lugar, a considerar que o desenvolvimento dos fatos era uma base suficiente para propor uma revisão da teoria, o induz em seguida a transferir para o marxismo a oposição entre o mundo da matéria e o das idéias. Ou seja, a pensar que a justa valorização do papel das ideologias abre uma contradição de termos no interior do próprio conceito de socialismo científico, sendo o conceito de ciência sujeito a aplicação somente ao mundo dos fenômenos físicos. Não se trata, pois, de incorporar Kant ao *corpus* teórico marx-engelsiano, tendendo para uma forma de sincretismo filosófico, existente também em outros setores do movimento revisionista. A introdução do momento ético, do reino dos fins, é o meio para se chegar a uma consideração da autonomia da esfera ideológica e para forçar a redução kautiskiana do plano em que se desenvolve a luta política de massa ao movimento das forças materiais. “Na consciência moral das massas – afirma também Bernstein no ensaio citado acima – existe, de acordo com os casos, algo mais e algo menos que um sintoma do desenvolvimento econômico. Os conceitos morais são mais duradouros que este desenvolvimento e, até certo ponto – já que são mais conservadores –, são também independentes do mesmo.” E também: “As concepções morais são coisas totalmente reais, apesar de existirem somente na cabeça dos homens”. A oposição entre marxismo e socialismo utópico não podia significar, pois, o desaparecimento da ideologia, já que “isto não é possível para uma teoria orientada para o futuro. Sem ideologia desaparece qualquer atividade reformadora de grande espectro”.

Também sobre isso, numa carta a Victor Adler, de março de 1899, Bernstein afirmava que o erro do marxismo estava, segundo ele, numa “excessiva abstração”, já que Marx e Engels “havam agido teoricamente com um proletariado construído idealmente – da mesma forma como acontece com Karl [Kautski], quando faz teoria – e acabaram pecando por idealismo”.⁴³ Presumiram a existência de uma classe de certa forma e por si mesma revolucionária, mobilizável por trás de objetivos que só podem ser elucidados no plano abstrato da teoria (o *Zukunftstaat* [Estado do futuro]), descuidando da importância do mais elementar sentido de igualdade e de justiça valorizado por Proudhon. E, contudo, toda a teoria do movimento servia para mostrar que exatamente o trâmite ideológico e moral, que não podia ser reduzido a conceitos da ciência, era aquele em que se dava, de acordo com tempos diferentes não identificáveis diretamente com o ritmo de desenvolvimento econômico, a conquista da autonomia ideal e política da classe operária. Porém, expondo nesses termos a relação entre ciência e ideologia, questionava de

fato a natureza de um movimento que, no próprio momento em que proclamava a obtenção de seus próprios princípios a partir de considerações científicas objetivas, havia demonstrado que sabia interpretar simultaneamente, como nenhum outro partido, as aspirações mais elementares das massas. Exatamente através do encontro entre socialismo e classe operária devia-se voltar a discutir o papel dos intelectuais no movimento.

3. SOCIALISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO

Um corolário de toda a teoria do colapso era o extremado simplismo com que se colocava e resolvia-se o problema do partido. Uma vez afirmado que o desenvolvimento das forças produtivas criava automaticamente as condições necessárias para a superação do capitalismo, as formas como se dava a organização consciente da classe operária não podiam deixar de se tornar uma questão de segunda ordem. Se voltamos uma vez mais ao comentário kautskiano do Programa de Erfurt nos encontramos, em essência, nada menos do que com a afirmação de que sendo muito contraditórios os interesses da burguesia e os do proletariado para que as aspirações políticas das duas classes pudessem no geral ser conciliadas, “mais cedo ou mais tarde, em cada país baseado no modo de produção capitalista, a participação da classe operária na vida política devia ter como resultado que esta se separasse dos partidos burgueses e formasse um partido autônomo, o *partido operário*”.⁴⁴ Em seguida, dizia-se, a respeito do problema ainda mais complexo das relações entre teoria e movimento, que “naqueles locais onde se chega à formação de um partido operário autônomo, este, cedo ou tarde, com uma necessidade natural, deve assumir uma orientação socialista; quando não tenha sido conquistado desde o princípio, deve, finalmente, constituir-se como partido operário socialista: como *social-democracia*”.⁴⁵

Uma das razões pelas quais Bernstein podia reivindicar o direito, que seus oponentes lhe negavam, de ver a Alemanha com “lentes inglesas”, era o fato de que exatamente no país clássico do desenvolvimento capitalista, aquele onde foram construídas as principais afirmações da doutrina, a história do movimento operário era um cruel desmentido à hipótese que se referia a uma automática determinação socialista da classe operária. O aparecimento, em 1894, do estudo dos Webb recolocara o problema de como uma grande classe operária, dotada de antigas tradições associativas e de um indômito espírito de reivindicações, podia somente não chegar, no campo da política, a alguma forma de oposição frontal às classes dirigentes, mas permanecer totalmente alheia a qualquer especificação socialista das próprias orientações ideais. Os próprios Webb concluíam sua ampla investigação sobre a história do movimento operário inglês colocando a pergunta a respeito da maneira como a própria organização trade-unionista pudera selecionar um pessoal dirigente capaz de convertê-la “numa força política efetiva do Estado”.⁴⁶

Além disso, é muito significativo que a peculiar fisionomia assumida pela social-democracia alemã, como resultado da união entre socialismo e classe operária, começasse a ser objeto de reflexão e de estudo em meios estranhos ao partido, exatamente em concomitância com a configuração do *Bernstein-Debatte*. Em 1896 vinha à luz em Iena a primeira edição de oito conferências feitas em Zurique por Werner Sombart sobre as relações entre socialismo e movimento social no século XIX. O contínuo êxito desse texto, ao longo dos vinte anos seguintes, pode-se reduzir certamente ao fato de que nessas páginas (logo enriquecidas, pouco a pouco, nas numerosas edições subsequentes) estava salientada uma consideração do pensamento de Marx e Engels estritamente baseada na essência de grandes organizações nacionais da classe operária européia, que estava destinada a se apresentar amplamente como majoritária tanto no interior como fora das fileiras do movimento.

Ainda que Sombart tivesse medido forças pela primeira vez com o marxismo num trabalho sobre o livro terceiro de *O capital*, que despertara apreciações das mais entusiasmadas de Engels, não devia ser o confronto com a contribuição teórica de Marx aquilo que deveria distinguir de maneira mais evidente sua fisionomia de observador crítico do movimento. Já o trabalho dedicado à morte de Engels, de 1895, é testemunha de como ia-se delineando um interesse que, acima das questões relativas à “ciência pura”, tinha como objeto colocar à prova “o problema do significado que Engels e com ele o marxismo davam ao movimento social”.⁴⁷ Em outras palavras, tratava-se, já então, para Sombart, não tanto de continuar discutindo a coerência lógica demonstrada pelos dois fundadores do marxismo, mas de compreender as razões pelas quais o pensamento de diferentes intelectuais pudera se converter precisamente numa doutrina; ou seja, de individualizar o papel que a crescente difusão do marxismo cumprira na transformação do “movimento social” da classe operária desde suas origens blanquistas e motinescas de 1848 até a forma de compromisso político adotada pela social-democracia alemã depois das leis de exceção.

Aqui não nos interessa o significado de operação política implícito nesse texto de Sombart que, numa forma mais elaborada e atualizada de *Kathedersozialismus* (socialismo de cátedra), acabava reconhecendo a necessidade histórica do movimento para a afirmação de sua intrínseca impossibilidade de forçar os limites da sociedade capitalista. Ao contrário, convém examinar com mais cuidado de que forma estabelecia a relação entre marxismo e movimento operário; mas o melhor que se pode fazer é verificar o trabalho mais completo de 1896, em que se explica que o substrato cultural da investigação deve ser buscado no projeto sociológico da escola histórica de uma consideração da economia que incluía fatores éticos e psicológicos. De fato, o moderno movimento operário, segundo Sombart, não podia ser encerrado num quadro de um modelo mais geral de “movimento social”, cuja definição determinava em seguida, a partir do interior, o subsequente desenvolvimento da análise. Depois de definir um movimento social como “o conjunto de todas as tentativas de uma classe social destinadas a transformar a ordem existente em algo que correspondesse a seus próprios interesses”,⁴⁸ Sombart identifica seus fatores constitutivos: 1) um determinado ordenamento social e produtivo, que constitui a base ou o ponto de partida (*Ausgangspunkt*) do movimento social; 2) uma classe social “descontente com o ordenamento social existente” – e a esse propósito explica-se que o conceito de classe devia ser entendido no sentido estritamente econômico, fora de qualquer possível manto ideológico; 3) “um objetivo que esta classe descontente com o ordenamento existente se propõe a alcançar, um ideal que representa a forma para a qual a sociedade deseja se orientar e que se manifesta através dos postulados, das exigências, dos programas desta classe”.

A contribuição essencial de toda a reflexão de Marx devia ser buscada em sua teoria do movimento social, em virtude da qual ele “pôde estabelecer uma firme união entre o que começou a se formar inconsciente e indiscriminadamente como ideal proletário e que resulta ser na realidade uma conseqüência do desenvolvimento econômico”.⁴⁹ O mérito da teoria de Marx e a razão principal de sua difusão devem ser procurados no fato de que ele concebeu como “necessidade objetiva” o que antes se considerava apenas como “opinião subjetiva”. Colocando o socialismo como um fim e a luta de classe como um meio, Marx expressou essa “necessidade ideal” da qual o movimento operário tomou as principais razões de sua estrutura compacta e de sua extensão.

Porém, com o estabelecimento dessa relação entre Marx e o movimento operário determinava-se uma redução de toda a análise do modo de produção à comprovação da existência, ainda que exigida historicamente, de um grupo social em luta dotado de sua correspondente ideologia política funcional. A classe operária, mais que como contradi-

ção do ordenamento existente, configurava-se como corpo social fechado e fortificado em si mesmo. Exatamente nesse trabalho de Sombart, Sorel, já sindicalista, descobria uma confirmação, ainda que pálida, de sua visão da moral como conjunto de idéias que o proletariado deve adquirir para aprofundar seu espírito de cisão.⁵⁰ Simultaneamente, a *Crítica Sociale*, depois de publicar alguns fragmentos da obra como exposição “objetiva” do marxismo,⁵¹ recomendava a eficácia de seus conceitos contra as principais tendências revisionistas manifestadas na área latina (Sorel e Merlin):

Sombart – é oportuno salientar aqui – procura somente mostrar a verdade do conceito, que emana da teoria materialista marxista, que o socialismo deve ser *necessariamente* o ideal do proletariado; não tanto que este ideal deva ser alcançado necessariamente [...] mas o quanto a necessidade deste ideal socialista no proletariado e da luta de classe para se alcançá-lo são as grandes e irrefutáveis conseqüências da teoria marxista.⁵²

O texto de Sombart alenta, pois, a visão do desenvolvimento ideológico e político do movimento próprio da teoria do colapso. E nessa redução sociológica do marxismo à ideologia finalista do proletariado em luta encontram-se diversas manifestações do marxismo da Segunda Internacional.

O próprio Mehring, ao discutir o trabalho de Sombart, combate sua tese política segundo a qual a difusão do marxismo coincidira com a consolidação, no movimento operário, de um “realismo sócio-político”⁵³ que o levara a escolher definitivamente o caminho da lenta evolução. Contudo, não se questionava a visão da relação entre teoria e movimento; não obstante que o aspecto mais insidioso da posição de Sombart estava, mais que na expulsão do marxismo de toda filosofia da história que sustentasse a necessidade de um novo ordenamento social, na redução da teoria do socialismo aos limites de um círculo social específico, entendido em sua existência econômico-corporativa mais imediata. Em continuação, o próprio Sombart colocaria em dúvida, certamente, a necessidade da coincidência entre capitalismo e desenvolvimento de um movimento operário socialista: em 1906 publicará um estudo sobre o movimento operário americano com a intenção, por sua vez não muito feliz, de dar uma resposta à objeção que a experiência nos países anglo-saxões apresentava em relação à sua tese.⁵⁴

Mas a tese de Sombart, que em muitos aspectos adotava a posição “ortodoxa”, devia ser especial objeto de discussão precisamente no debate sobre a revisão do marxismo. Se o objetivo, o ideal da classe operária, não era outro senão o reflexo passivo de suas condições materiais de existência, como pudera o socialismo ultrapassar os limites da população proletária? Essa era uma pergunta que começava a aparecer desde os primeiros debates sobre a *Agrarfrage* (a questão agrária) de 1894-1895. A identificação do papel desenvolvido pelo *Endziel* (objetivo final) na determinação da peculiar fisionomia adotada pelo SPD e, ao mesmo tempo, das dificuldades e das contradições que iam-se dando, encontra-se novamente no texto de Guglielmo Ferrero, de 1897, *A Europa jovem* (que também teria, na área latina, um êxito singular, embora breve), no qual transparece, ao contrário, a adoção de uma perspectiva revisionista. A comparação entre o movimento operário alemão e o inglês parece ser também nesse caso um dos elementos de julgamento dos mais importantes.

As páginas dedicadas por Ferrero à social-democracia alemã salientam, em primeiro lugar, a excepcional complexidade da máquina organizativa na qual se apoiava o partido. O socialismo alemão, dizia, “é em suma a revolução burocratizada, e um aspecto importantíssimo da organização prática desta burocracia é o serviço de recrutamento da inteligência operária”.⁵⁵ Porém, o que distinguia, de fato, de maneira mais profunda o socialismo alemão da diversidade dos partidos políticos existentes na Europa tinha de ser buscado na importância adquirida pela doutrina em que se baseava:

O socialismo alemão afirma antes de tudo que é um partido científico, que declara guerra à sociedade atual, armado não com dinamite e fuzis, mas com algumas doutrinas econômicas e sociológicas dadas: afirmação que não encontramos em nenhum lugar da história que tenha sido feita por qualquer partido. A revolução francesa foi precedida por um amplíssimo movimento intelectual, por uma busca febril em todos os campos do saber humano. Porém, nenhum dos partidos que juntos a fizeram e logo se separaram entre si jamais afirmou que era executor de uma teoria científica formulada rigorosamente. Os partidos ingleses citam constantemente em suas disputas idéias e teorias científicas em apoio de seus programas; mas nenhum deles baseia-se num corpo de doutrinas científicas precisas ou delas deduz os conceitos balizadores de sua ação. Somente o socialismo alemão possui um corpo constituído por doutrinas, que é a teoria do materialismo histórico, cujo núcleo mais importante é formado pelos trabalhos de Karl Marx.⁵⁶

Em seguida, Ferrero se convertia no porta-voz das principais objeções revisionistas. Na realidade, nenhum partido podia se definir como científico, sempre e quando não se desse à palavra ciência um significado metafórico. A teoria do colapso, que ele expunha novamente com todos os detalhes, acabava por ser o ponto de agregação de elementos de natureza e origem diversas, até combinar-se numa *Weltanschauung* propriamente dita:

Que teoria meramente científica, composta de puros elementos intelectuais, sem mistura de elementos de imaginação e de paixão jamais teria podido se defender como a teoria de Marx e chegar ainda que seja com temas pobres ao conhecimento de milhões de seres pobres e ignorantes? O mero pensamento, ou seja, a ciência não tem acolhida na massa inculta.⁵⁷

O socialismo científico não era, pois, outra coisa senão a singular mistura de elementos políticos e elementos religiosos, “no verdadeiro sentido da palavra”. Para Ferrero, a fusão desses dois elementos era um testemunho do “infantilismo político” do movimento operário alemão em comparação com o inglês; e já a partir de 1897 apresentava a essência da batalha que estava se perfilando entre revisionistas e ortodoxos como um embate entre o “espírito religioso” e o “espírito político”; o primeiro totalmente orientado para “difundir a esperança de uma nova era”; o segundo para definir um programa político de reformas democráticas.⁵⁸

Nas obras desses dois observadores externos ao SPD podem ser vistas, pois, duas avaliações opostas do significado do encontro entre teoria e movimento realizado no interior da social-democracia alemã. Mas cada uma delas reflete fielmente as respectivas posições que se enfrentarão no *Bernstein-Debatte*. A aceitação ou a recusa da teoria do colapso implica, de fato, duas concepções diferentes do papel da teoria. Uma com tendência a apresentar o marxismo como unidade indefinida de ciência e ideologia, destinada a crescer junto com o desenvolvimento do movimento. A outra, que, ao mesmo tempo que busca identificar a autonomia do movimento ético-político, vê-se levada a distinguir o desenvolvimento de uma consciência ideológica de massa do momento mais específico da investigação e da elaboração teórica. Veremos um pouco mais à frente que exatamente no decorrer da discussão desse importante corolário da teoria do colapso se colocará, novamente, de maneira explícita, e num novo nível, o problema dos intelectuais. Contudo, é útil recordar antes e de forma sucinta que essa mesma temática desenvolvia-se simultaneamente na França, ou seja, numa situação que do ponto de vista organizacional e ideológico era extremamente mais atrasada que a alemã.

No final do século coloca-se uma vez mais na ordem do dia o problema da unificação socialista (ou seja, o problema da fusão orgânica das diferentes experiências ideológicas e políticas do movimento), que se dera há tempos em outros países. Um trabalho de Lagardelle, de 1900, testemunha que a questão do novo partido se combina com a dos intelectuais. De fato, na França, a constituição de um partido autônomo capaz de repre-

sentar os interesses da grande maioria da classe operária fora obstaculizada precisamente pela presença difusa de um grupo político democrático, selecionado no transcurso do tumultuado e precoce desenvolvimento da luta de classes que se dera nesse país. Sobre tudo no período imediatamente posterior à Comuna, a reorganização do movimento, na forma de um moderno partido político, se atrasou em função da influência de um grande estrato de intelectuais proletarizados que procurava na luta política a possibilidade de um lugar social no parlamento, na municipalidade e na redação dos jornais. Lagardelle via nessa situação a origem da forte “reação contra os intelectuais em geral e contra a ação política em particular”, que tivera seus maiores expoentes no obreirismo e no sindicalismo antiparlamentar.

O obreirismo é a manifestação de um sentimento de legítima desconfiança para com os oportunistas sem escrúpulos e líderes autoritários. Sua forma brutal: a exclusão dos intelectuais de qualquer representação de partido, não é absolutamente defensável. Porém, há que reconhecer que tendo sido determinado num momento de debilidade da organização, quando ainda não era possível controlar seriamente os intelectuais, tem um fundo de seriedade incontrovertido.

Pode-se dizer o mesmo do antiparlamentarismo, que é a repugnância em se confiar a direção do movimento “a um punhado de homens vindos de outras classes, com uma mentalidade em nada operária e com interesses opostos aos proletários”.⁵⁹

Se Lagardelle, pois, aceitava plenamente a análise sociológica da proletarização dos intelectuais feita por Kautski em 1895 (e a ela se referia ainda, explicitamente, repetidas vezes), e por meio da concreta experiência política francesa chegava a perceber os riscos e os perigos envolvidos na afluência caótica e desordenada desse novo estrato social para o socialismo, nem por isto pensava que jamais se poderia chegar à constituição de um partido único da classe operária sem se encontrar uma solução orgânica para o problema dos intelectuais. Tem para si a clara consciência de que para a transformação do movimento operário num movimento socialista seria indispensável a contribuição, pelo menos para toda a fase histórica, da função teórica inseparável de um determinado estrato social.

Contudo, juntamente com estes elementos turbulentos e incertos, a classe intelectual ofereceu e continua oferecendo ao socialismo suas forças intelectuais mais puras. A ciência e o proletariado se completam. Um e outra chegam, por diferentes caminhos, à mesma conclusão [...] Com o pensamento científico encontram-se novamente as afirmações saídas espontaneamente do movimento operário [...] O valor da adesão destes elementos intelectuais ao movimento operário é inegável. Sem dúvida, o exemplo de Marx, de Engels e de Lassalle não se repete todos os dias. Mas, graças a eles, vieram para o socialismo espíritos muito brilhantes que apesar de não terem sua vastidão, prestaram ao pensamento socialista os serviços mais eminentes.⁶⁰

Somente com a construção de uma organização única e sólida da classe operária se poderá chegar a “incorporar definitivamente os intelectuais, transformando-os numa função dentro do partido, ou seja, especialistas do proletariado”.⁶¹

4. OS INTELECTUAIS E O PARTIDO

Mas se numa situação como a francesa (em que a tradição socialista se interpenetrara estritamente com a democrático-parlamentar, por meio do movimento dreyfusiano) a relação entre os intelectuais e o movimento operário podia ser considerada ainda em termos de uma diferenciação mais rigorosa das linhas divisórias entre duas forças distintas, voltar a colocar na social-democracia alemã dos anos 1890 o problema dos intelectuais significava ir além de uma problemática organizacional que definitivamente continuava

ainda sendo a exposta por Lagardelle. Era inevitável que a questão dos intelectuais arrasasse consigo aquela outra das formas da consciência teórica do movimento, acabando por reassumir em si toda uma série de problemas relativos à própria situação política e cultural do SPD no interior da sociedade nacional. A própria crítica do *cant*, ou seja, do uso de uma fraseologia revolucionária superposta ao conteúdo dos atos políticos reais (que aparecia em Kautski precisamente a partir de uma visão de tipo sombartiana do movimento como reunificação espontânea e automática do movimento ideológico e finalista com o científico e analítico) levava Bernstein a colocar novamente em discussão a natureza do partido como organismo teórico e político, defensor somente das lutas da classe operária. A primeira forma de crítica ao “espontaneísmo teórico” – como se manifesta agora em Kautski sob a hipótese de uma “ciência proletária” e a conseqüente reavaliação do papel dos intelectuais – surge exatamente do kantismo bernsteiniano. A negação da própria possibilidade de um socialismo científico tem como conseqüência inevitável a negação da possibilidade de uma ciência proletária que se traduza na história do movimento.

Kautski oferece uma má prova da cientificidade quando reúne numa só frente toda a crítica proveniente desses meios e a define como “burguesa”. Em geral, a palavra “burguês” como definição de um trabalho científico é adequada quando se trata de *tendências* [...] Quando Bakunin, em sua época, declarou uma guerra de morte à ciência ensinada na universidade, Marx riu e disse que Bakunin nutria um “ódio contra a ciência”. Nessas coisas é preciso ser coerente e não apelar hoje para o juízo objetivo, para traçar amanhã as linhas demarcatórias, totalmente anticientíficas, entre ciência burguesa e ciência proletária. O que nós chamamos de marxismo é em parte a análise da sociedade dada e em parte a teoria da luta socialista. No primeiro caso, refere-se orgulhosamente à sua objetividade científica, a seu ser livre de qualquer tendência.⁶²

Desse modo, Bernstein reconhecia a existência no interior do movimento de uma tensão entre duas funções diversas da doutrina. Sob essas duas noções diferentes de ciência, uma que traduz em si o movimento ideológico, e a outra que coloca o movimento ideológico como distinto dela mesma, havia na realidade diversos modos de conceber a função unificadora do partido entre dirigentes e dirigidos, entre “simples” e “intelectuais”. Às duas concepções da relação entre teoria e movimento – a primeira que tende a unificar preconceituosamente os dois termos e a outra que reconhece a existência de uma divergência sempre possível – correspondem duas concepções essencialmente diferentes de partido. No mesmo ensaio já mencionado sobre o “movimento realista e o movimento ideológico no interior do socialismo”, Bernstein foi o primeiro a tocar na questão dos intelectuais como porta-vozes de consciência “a partir de fora”. Fixava assim sua posição diante de outro aspecto das “forças ideais”, aquele que se refere à elaboração de conhecimentos científicos que, de maneira totalmente análoga ao relativo à formação de uma consciência de massa, escapava também à lei do movimento econômico:

A segunda força ideal à qual o socialismo deve se referir já foi salientada mais acima: trata-se do *conhecimento*. Que ela tenha uma natureza ideal e até que ponto a tenha, é evidente; mas também aqui se trata de um conhecimento totalmente determinado, da aceitação de determinadas “idéias” sobre o Estado, a sociedade, a economia, a história e não as simples faculdades cognoscitivas em geral. Neste sentido, falamos de idéias “proletárias” e, às vezes, em nossa literatura a coisa se coloca como se estas idéias não fossem aceitas somente por uma parte da classe operária dos países civilizados, mas como se em geral fossem o próprio *produto* da intelectualidade da classe operária moderna: mas no melhor dos casos esta é uma metáfora, uma transposição ideológica do processo real. Desde Babeuf até Marx e Lassalle a história da teoria do socialismo apresenta somente dois homens de grande talento criativo que pertenciam à classe operária: Proudhon e Weitling. O primeiro está colocado entre os “socialistas burgueses”

no *Manifesto comunista*, o segundo já não é atualmente nada mais que uma curiosidade histórica. Saint-Simon, Fourier e Owen que Engels cita como precursores socialistas da teoria elaborada por ele e Marx não vinham da classe operária mais que Marx e Engels [...] Apesar de se tratar de uma coisa secundária, tem-se que salientá-la pelo menos porque a citada definição metafísica coincide com o uso mais falso que existe da palavra ciência em relação ao socialismo moderno. Fala-se de socialismo científico como se a ciência de que se trata aqui fosse algo perfeitamente pronto e acabado.⁶³

Aqui se encontra a primeira indicação do papel dos intelectuais no movimento operário como porta-vozes da teoria, que chega através de Kautski até Lênin, em correspondência com a graduação de temas profundamente diversos entre si, que será interessante comparar. As observações de Bernstein sobre os “fatores morais” do socialismo, qualquer que seja a pertinência e a oportunidade dos trâmites culturais em que se expressem e acima do emaranhado de contradições que apresentem na interpretação teórica de Marx, salientam pela primeira vez a natureza heterogênea e composta dos elementos constitutivos do partido político. Esse, se por um lado continuava sendo um elemento indecifrável da sociedade civil vinculado ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento das fileiras dos assalariados podia, porém, ser definido organizacionalmente só como elemento de conhecimento, para cuja formação concorriam fatores que de maneira alguma estavam conectados por meio de uma “necessidade natural” às contradições de uma sociedade capitalista.

A reação de Kautski mostrou que essas observações de Bernstein atacavam o ponto essencial da teoria do colapso. Depois de ter defendido nos artigos do *Vowärts* o significado mais diretamente político do programa do partido, empenhava-se, em três ensaios publicados na *Die Neue Zeit*, em dar uma resposta também enciclopédica a respeito da concepção materialista da história, da dialética e do valor. No primeiro deles, Kautski colocava no centro de seus argumentos a questão do papel dos intelectuais e da tendência à autonomização das ideologias. A tese contida no ensaio de 1895 era ainda o padrão das argumentações desenvolvidas contra a tese bernsteiniana da atenuação e da complicação das formas que expressam o condicionamento da estrutura em relação à superestrutura. O convite de Bernstein para se considerar a autonomia dos fatores morais e da ciência não podia deixar de ser o resultado do mal-entendido a respeito da figura social do intelectual. Os intelectuais, eterna expressão das classes dirigentes, tinham se transformado no interior do modo de produção capitalista em assalariados a serviço do capital, sendo vítimas de uma ainda mais acentuada dependência das forças econômicas. Porém, tendo deixado de ser classe dirigente, transformaram-se num grupo social intermediário, sujeito às mais diversas e contraditórias paixões, privado de uma sólida referência de classe.

Como já não se sentem movidos por interesses de classe claramente definidos e agem freqüentemente de acordo com o conhecimento mais profundo que adquiriram dos fenômenos sociais, os intelectuais se sentem sempre como os representantes de idéias independentes dos fatores econômicos. Já que o número de intelectuais está permanentemente aumentando, parece que com eles cresce o interesse coletivo contra os interesses de classe; parece que aumenta a independência das ciências, das artes e dos conceitos morais em relação às forças econômicas.⁶⁴

Somente entendidas nesse sentido, podiam ter um significado próprio as afirmações de Bernstein. Mas, traduzidas nesses termos, perdiam toda a eficácia crítica em relação ao materialismo histórico.

Também a revalorização do momento ético era para Kautski remissível às contínuas oscilações políticas da grande maioria dos que pertenciam a esse estrato social:

À semelhança das sabinas raptadas, lançam-se entre os combatentes, rogando-lhes a se reconciliarem ou pelo menos a que recorram a meios de luta que não façam tantos estragos. Porém, onde podiam encontrar a força que devia superar ou pelo menos suavizar as rudes contradições? Perde-se a esperança de se encontrá-la na economia e vai-se buscá-la na ética.⁶⁵

No mesmo momento em que decidia não medir forças com o problema do kantismo (totalmente confiado à gestão de Plekhánov), Kautski intuía a verdadeira essência “ético-política” da temática bernsteiniana. Sua grosseira sociologia dos intelectuais é, por agora, a única linha de defesa que está à sua disposição para defender a teoria do colapso.

É verdade que um pouco mais adiante Kautski empreenderá uma contra-ofensiva geral, procurando reabsorver e reformular, no âmbito da própria posição, as principais questões atinentes à ética, à ciência e ao papel dos intelectuais colocadas por seu interlocutor. O Congresso de Hannover, no outono de 1899, é, de fato, um importante momento de periodização na história do debate sobre a revisão do marxismo. A aprovação da resolução de Bebel, com o que se chega a uma primeira conciliação formal das divergências, marca na realidade a passagem da discussão de uma fase que, pelo menos em sua forma externa, pode ser definida como essencialmente filosófica, doutrinária, para uma fase diretamente política: as respectivas posições na matéria se desagregam em interpretações opostas sobre questões referentes à evolução social e política da Alemanha no quadro do capitalismo internacional. A constituição do gabinete Millerand na França não é senão o aspecto mais evidente do problema das relações entre partidos social-democratas e partidos de inspiração democrático-burguesa que amadurece em toda a Europa nos últimos anos do século.

Contudo, a interrogação sobre o modo como devem se comportar as representações políticas da classe operária diante dos processos de reestruturação interna dos blocos dominantes nos diferentes países não é, por sua vez, mais que o aspecto propriamente político de modificações que se dão na estrutura de um capitalismo internacional que deixa definitivamente para trás a fase de livre concorrência e põe em funcionamento mecanismos sempre novos de auto-regulação e de intervenções no “livre” jogo das forças econômicas que operam na sociedade civil. Definitivamente, em termos gerais, o problema é exatamente aquele colocado por Bernstein em *As premissas*, quando dizia:

Por um lado, nota-se um conhecimento cada vez mais amplo das leis do desenvolvimento e sobretudo das do desenvolvimento econômico. No mesmo ritmo deste conhecimento – em parte como causa e em parte novamente como conhecimento – cresce a capacidade de se dirigir o desenvolvimento econômico.⁶⁶

No momento em que a questão dos cartéis, do protecionismo, do associacionismo industrial, da crescente ampliação da intervenção do Estado na economia convertem-se em outros tantos temas de contradições de uma política social-democrata, não será suficiente combater as posições de Bernstein recorrendo-se a diferentes interpretações teóricas dos conceitos de necessidade, desenvolvimento, dialética, etc. Será indispensável trabalhar uma teoria do colapso que seja capaz de apresentar uma imagem positiva da atitude do partido na nova situação que se vai delineando.

Além disso, é uma exigência comum às duas partes em conflito. No mesmo momento em que Bernstein começa a fazer uma depuração cada vez mais claramente reformista de suas teses teóricas, Kautski vai pouco a pouco imprimindo matizes sempre cada vez mais radicalizantes à sua interpretação do marxismo, fazendo dessa maneira uma efetiva mudança de rumo à esquerda, que o tornará, pelo menos até 1912, o ponto de referência de todas as correntes de esquerda da Segunda Internacional, de Lênin a Rosa Luxemburgo. O ponto de chegada dessa evolução rápida e concentrada no tempo pode

ser considerado o trabalho de 1902, *A revolução social*. Ai já está configurada sua oposição a Bernstein como a oposição existente entre uma postura reformista e uma postura revolucionária. Nessa fuga, pode-se dizer, à esquerda, Kautski chegará a exumar o próprio conceito de ditadura do proletariado que ficara totalmente de fora de qualquer formulação teórica dos partidos da Segunda Internacional. A contradição que se individualizou como própria do kautskismo, enquanto cobertura radicalizante e de “esquerda” para uma política reformista, é, em seus traços essenciais, exatamente o curso dessa segunda fase da luta contra o revisionismo.

Examinando-se a produção kautskiana desse período decisivo, ainda que de maneira sucinta, é possível descobrir que a origem da contradição deve ser buscada no fato de que, no fundo dessa brusca recuada, continuavam não modificadas as estruturas que sustentavam a teoria do colapso. As categorias interpretativas do processo de desenvolvimento da revolução que se encontravam num texto como o *Catecismo social-democrata*, de 1893, de dez anos antes, em que Kautski teorizava uma evolução pacífica para o socialismo que o próprio Lênin, ao redigir seus apontamentos sobre a teoria do Estado, considerava ainda como um importante referencial, são idênticas àquelas existentes no trabalho sobre *A revolução social*. Para manter essa continuidade essencial em sua interpretação do marxismo, Kautski tinha, porém, que pagar o preço de algumas, pelo menos aparentemente, significativas inovações da visão do partido e, mais em geral, da relação entre socialismo e movimento operário. Determinava-se nesse campo a tentativa de reabsorver a temática ético-política de Bernstein, transformando-a num elemento de sustentação para uma visão renovada da teoria do colapso, à qual se exigia agora a imediata função política de preservar os objetivos últimos do movimento na consciência das massas.

O ponto de partida das inovações introduzidas por Kautski é a análise do imperialismo. Deixando de lado a numerosa diversidade de questões que esse tema coloca, fixemo-nos, ao contrário, nos aspectos mais estritamente relacionados com o ponto de vista monográfico que estamos seguindo. Além disso, talvez não seja exagerado afirmar que a contribuição de Kautski é totalmente política, pelo menos nesse período. Se outros “ortodoxos”, como Cunow, fundamentaram-se mais de perto nesse tema, procurando mostrar a inevitabilidade do colapso do capitalismo, orientados por instrumentos analíticos mais precisos,⁶⁷ a preocupação essencial de Kautski está em rebater os efeitos políticos que podem surgir da consideração de que o imperialismo é uma fase de reestruturação e de fortalecimento do capitalismo. A partir da exigência de reafirmar nesse novo campo objetivo a validade da teoria do colapso, vai-se delineando, exatamente no meio ortodoxo, a tese que pretende que o imperialismo é a última tentativa feita pela burguesia para prolongar seu domínio e para retardar o momento de sua destruição. O modo como Kautski comenta, em janeiro de 1900, o significado da guerra dos Boers deixa entrever as linhas essenciais de seu contra-ataque de esquerda ao revisionismo, que logo se ampliará nos anos imediatamente posteriores.

A tese fundamental consiste em que o desenvolvimento do militarismo, consequência necessária da política de conquista colonial, levará a uma crise do liberalismo mesmo em sua pátria de origem, a Inglaterra, e com maior razão a uma crise da política de reformismo, “com o *cant* socialista ou sem ele” – responderá polemicamente Kautski –, que Bernstein vem salientando como possibilidade concreta também para a social-democracia alemã. Em outras palavras, o desenvolvimento da *Weltpolitik* está destinado a produzir a crise e o desaparecimento das formações políticas intermediárias e a colocar em primeiro plano a contradição direta entre militarismo e social-democracia. “O ponto de vista da luta autônoma da classe operária, cujo objetivo final não está na harmonia entre capital e trabalho, mas na superação da exploração capitalista de parte do proletariado, é o único terreno em que é possível combater com êxito o militarismo.”⁶⁸

Por isso, em qualquer país onde exista um forte partido social-democrata, o desenvolvimento do militarismo acaba sendo um importante motivo para o aumento de sua força.

Porém, do agravamento e da simplificação das contradições provocadas pelo militarismo, Kautski deduz desde agora o que será a tese central de todo esse período, ou seja, a necessidade de uma acentuação cada vez mais clara do *Endziel* (objetivo final) como meio mais adequado para dar o máximo de evidência à única alternativa real para acelerar a crise das soluções intermediárias e, portanto, para favorecer o processo de reagrupamento das forças em torno da classe operária. Ninguém podia considerar, certamente, como um fato iminente a construção de uma nova sociedade, que só podia ser imaginada como resultado de um desenvolvimento ainda longo. “Mas isto – acrescentava Kautski – não coloca nenhuma contradição com a posição que não pode imaginar as inevitáveis mudanças necessárias para o cumprimento desse desenvolvimento, a não ser como catástrofes políticas.”⁶⁹ Por esse caminho chegava a acentuar cada vez mais fortemente o papel do “objetivo final socialista”, não tanto para oferecer utopias pré-fabricadas, mas para manter aberta e visível diante do olhos das massas uma “tendência” geral do desenvolvimento. No mesmo momento em que a perspectiva catastrofista transferia-se para o plano político, Kautski começava a distinguir entre *Arbeiterbewegung* (movimento operário) e *Parteibewegung* (movimento partidário),⁷⁰ esse último depositário do *Endziel* socialista, que tem como tarefa manter cerradas as fileiras do exército proletário numa marcha ainda longa de transição para o socialismo.

Não esquecia de salientar que a *Weltpolitik* era um desmentido às experiências catastrofistas mais imediatas dos anos setenta, mas, ao contrário, destacava que o projeto de um grande império colonial, existente no interior do horizonte de todas as burguesias européias, podia ser considerado como uma espécie de *Zukunftstaat* (Estado do futuro) burguês, o objetivo com o qual se pudera voltar a estabelecer a unidade de consenso perdida em nível interno. A possibilidade de uma recuperação da hegemonia do capitalismo na nova fase imperialista era considerada por Kautski somente do ponto de vista ideológico; daí retirava um motivo a mais para confirmar a tese de que os temas dominantes da política externa dispunham-se a se tornar o lugar de convergência não tanto entre duas políticas, mas entre duas *Weltanschauung*, a burguesa e a proletária.⁷¹

Nesse clima determina-se a iniciativa kautskiana de arrancar do revisionismo o monopólio em relação à consideração da importância ética, ou seja, de um tema que aparece cada vez mais difícil de ser exorcizado da vida de um grande movimento de massa. É sumamente significativo que seja numa discussão sobre o movimento operário inglês e sobre suas diferenças com o alemão o lugar onde Kautski manifesta pela primeira vez uma brusca recuada a respeito da atitude assumida por ele anteriormente. Se em 1898 ainda o ouvimos dizer que a consideração ética não podia ser mais que um expediente para evitar e adoçar a dureza e a inexorabilidade do antagonismo de classe no campo econômico, agora ele se dispõe a afirmar que exatamente o momento ético (ou seja, a educação da consciência de classe do proletariado no conhecimento do valor do objetivo final) é essencial para a conservação da fisionomia de um partido social-democrata. Se o movimento operário inglês não tinha passado da experiência trade-unionista, isso devia ser imputado à falta de uma educação revolucionária; fato que Kautski começava a considerar agora não menos indispensável que o desenvolvimento da luta de classes para se chegar à formação de um partido operário socialista. Para isso remetia-se ao tema engelsiano da aristocracia operária; mas se Engels acentuara os privilégios gozados pelo capitalismo inglês em virtude de sua prolongada situação de monopólio sobre o mercado mundial, Kautski chamava a atenção para o papel desempenhado pelos mecanismos de integração ideológica colocados em prática pelas classes dirigentes inglesas:

Enquanto na Alemanha, graças ao nosso sistema de governo, os melhores elementos da burguesia passam para o proletariado e o reforçam, na Inglaterra a burguesia reforça as fileiras de seus representantes literários e políticos com os elementos mais ativos e inteligentes do proletariado, que atrai para si, com a exceção de uma minoria que apresenta uma especial firmeza de caráter. Todavia, também para essa minoria foi difícil resistir aos refinamentos da burguesia pela falta de firmeza da massa da aristocracia operária que, em troca de algum modelo de política social, vota com grande facilidade nos candidatos mais reacionários. Vejam os frutos dessa educação. Fez-se todo o possível para tirar da aristocracia operária inglesa sua consciência de classe e para transferir para ela idéias e sentimentos burgueses.⁷²

Confirmava-se assim o julgamento com a experiência inglesa, convertendo-se um motivo de crítica numa razão de confiança na social-democracia alemã, exatamente a partir do que fora o principal cavalo de batalha do revisionismo. Invoca-se a consideração dos fatores morais do socialismo para justificar uma perspectiva política que continua fundamentada numa hipótese catastrofista. A ética, enquanto idealismo revolucionário, tinha essencialmente o objetivo de conservar a separação das forças em conflito e facilitar, em conseqüência, o cumprimento da lei dispersando os elementos de perturbação que podiam surgir no desenvolvimento concreto da luta política. Se em Bernstein invocava-se a ética como crítica do determinismo, em Kautski ela se convertia num instrumento útil e necessário para remover os obstáculos que podem se opor ao cumprimento da previsão científica. Porém, encontrar, por meio dessa visão do *Endziel*, um prolongamento da teoria do colapso a nível político significava eludir a parte mais valiosa das intuições de Bernstein a respeito da irreducibilidade do movimento ético-político à aparência. Na nova posição kautskiana considerava-se, de fato, a “complicação” das relações sociais e políticas somente como um fator de perturbação que não merecia análises especiais.

No fundo dessa eticização da teoria do colapso havia a consciência precisa de que as posições revisionistas corriam o perigo de representar cada vez mais as necessidades reais de um movimento fortemente articulado e crescentemente mais apegado à sociedade civil. Cada uma das partes do movimento, dizia Kautski, corria o perigo de produzir “seu próprio cretinismo”, se não se dava aos movimentos de unificação ideal uma evidência muito maior que no passado. Porém, para isso, para manter exatamente a essência de suas posições, Kautski via-se obrigado mais e mais a abandonar o antigo espontaneísmo teórico, procurando precisar alguns elementos de uma teoria do partido como algo que já não coincidia diretamente com o desenvolvimento e com o crescimento do mero movimento social. Nessa linha, Kautski deparava-se com outra especificação da crítica bernsteiniana do determinismo: aquela relativa à função da ciência e dos intelectuais. Numa intervenção de maio de 1901 voltava mais uma vez a salientar os limites do movimento operário inglês afirmando agora o papel insubstituível da teoria:

O movimento social-democrata é o movimento da luta de classe proletária. Mas não é só isso. As lutas de classe do proletariado existem também na Inglaterra e em outros lugares onde não existe um grande movimento social-democrata. O que distingue o movimento social-democrata em relação a outros movimentos de classe é o *conhecimento do objetivo* do movimento proletário em seu conjunto e a conseqüente reunião do proletariado num partido político para atender de maneira consciente à realização desse objetivo [...] Onde existe uma sociedade capitalista existe a luta de classe do proletariado, mas só em circunstâncias particulares o proletariado chega à consciência de seu papel histórico e com isso à autonomia política. Só através do socialismo, ou seja, através de um objetivo final revolucionário, o proletariado pode chegar a ser politicamente autônomo.⁷³

Tem-se, pois, uma clara distinção entre partido e movimento. Para a constituição do partido é indispensável a teoria. E a teoria, este é o ponto essencial, identifica-se com o *Endziel*. A preocupação é idêntica à que levou Kautski a um redescobrimto da ética. Em virtude da fusão cada vez mais pronunciada da social-democracia alemã com as engrenagens e com os movimentos mais particulares da sociedade capitalista, a previsão científica a longo prazo pode resultar de maneira progressiva cada vez mais abstrata na consciência da massa, e não se dispõe dos instrumentos para traduzi-la numa perspectiva política mais concreta. A necessidade de definir com maior clareza o papel do partido não corresponde a um descobrimento do papel da iniciativa política, mas identifica-se com a exigência de fortalecer de cima, com uma renovada tensão ideológica, o objetivo último do movimento. Conservar vivo o fogo da ciência significa para Kautski redescobrir o papel da utopia. As distintas características e a função específica do partido estão essencialmente em alimentar a ciência proletária. A consideração da autonomia da teoria tem, também nesse caso, um efeito simetricamente oposto ao desejado por Bernstein, quando procurou distinguir a ciência e a ideologia. Contudo, permanecendo firme essa contradição, Kautski chegou, em seguida, a retomar quase que literalmente as expressões de Bernstein sobre a procedência burguesa dos maiores intelectuais socialistas:

Se o socialismo não quer continuar sendo algo primitivo e, por conseguinte, não utilizável politicamente, é preciso que conte com o conhecimento dos grandes nexos sociais e de sua investigação sistemática. Contudo, atualmente a ciência é ainda um privilégio das classes possuidoras. O proletariado não pode, pois, criar por si só um socialismo vigoroso. Este deve ser trazido pelos pensadores que, armados com todos os instrumentos da ciência burguesa, colocam-se do ponto de vista do proletariado e desenvolvem, a partir dele, uma nova concepção proletária da história. Como se sabe foram os elementos em grande parte vindos da burguesia que tornaram o movimento inconsciente do proletariado em um movimento consciente e autônomo, preparando assim e depois fundamentando a social-democracia.⁷⁴

Poucos meses mais tarde Kautski chegará à definição da consciência socialista como “algo trazido de fora para a luta de classes” que ficou célebre através de sua citação no *Que fazer?* Porém, para se compreender como chegou a essa formulação e, ao mesmo tempo, como se diferenciou profundamente, em suas intenções do uso leniniano, é indispensável remontar ao clima que se instaurou com a colocação na ordem do dia, no Congresso de Viena, em outubro de 1901, da revisão do programa da social-democracia austríaca. Logo veremos como, ao intervir nesse debate, o jovem Max Adler expressou pela primeira vez os elementos de sua interpretação do marxismo teórico.

Desde o início da discussão sobre o revisionismo, Victor Adler, líder da social-democracia austríaca, adota uma posição que se distingue de igual modo tanto de Kautski como de Bernstein. A partir da correspondência que mantém simultaneamente com os três expoentes máximos do SPD, divididos profundamente entre si, Victor Adler apresenta-se com a aparência de um moderador que procura eliminar as arestas mais extremadas de ambas as partes. Porém, na realidade, não se trata de uma mera e simples mediação. A decisão de fazer a revisão do Programa de Hainfeld, aprovado em 1889, num congresso de unificação, é o ponto de apoio de uma posição específica amadurecida no decorrer do debate. A resenha das *Voraussetzungen*, publicada em abril de 1899, num momento de forte tensão no interior do grupo dirigente do SPD, retoma uma linha de conduta que ele vinha expondo em suas relações epistolares e que depois encontramos novamente na inspiração geral do novo programa.

Em primeiro lugar, dar à discussão estritamente filosófica um lugar de autonomia a partir do convencimento de que “não é no campo do partido onde se poderá resolver

estas questões”.⁷⁵ Na época, Victor Adler já protestara veementemente junto a Bebel contra a afirmação de Plekhánov, contida numa de suas intervenções na *Die Neue Zeit*, que a filosofia neokantiana era uma expressão direta dos interesses da burguesia.⁷⁶ E também, em setembro de 1901, ao informar na *Die Neue Zeit* sobre os objetivos da revisão do programa, voltava a expressar sua clara discordância com o modo pelo qual havia se incluído e instrumentalizado as questões da teoria na batalha política. “Confesso que a propósito de filosofia, exceção feita a algo de Conrad Schmidt e Sadi Gunter, li muito pouco na imprensa do partido que não tenha me desagradado enormemente. Isto vale também de Plekhánov a Bernstein e de Bernstein a Plekhánov.”⁷⁷

Dessa forma, delineava-se uma esfera diversa de discussão muito mais apegada aos problemas políticos do movimento. Poucos dias antes de se comprometer publicamente numa tomada de posição favorável às *Voraussetzungen*, Victor Adler escrevera a Bernstein logo após a leitura do livro: “*In camera caritatis* digo-te que fiquei dolorosamente impressionado pelo grau de subjetivismo que puseste na coisa e por tua total falta de instinto político, que de outra maneira teria te ensinado que agora não se pode falar, ainda que tenhas toda razão, sendo que, em minha opinião, só a tens em algumas questões”.⁷⁸ Uma atitude semelhante encontra-se em sua intervenção na *Wiener Arbeiterzeitung*. As teses de Bernstein devem ser relacionadas com uma fase de intenso desenvolvimento capitalista. Ele “expõe, como Engels já o havia feito, os argumentos que tornam inverossímil a hipótese de uma crise geral. Mas não se pode esquecer que essa prosperidade é resultado, pelo menos em parte, de causas cujos efeitos não podem ser duradouros”. Certamente há que se rejeitar como contrária ao marxismo a afirmação de que a necessidade econômica não é suficiente para justificar o advento do socialismo; mas no âmbito desse erro “tem-se que agradecer a Bernstein ter salientado claramente todas as dificuldades dessa revolução, que mostre qual deve ser o grau de maturidade da classe operária para que esteja à altura de sua tarefa”. Na intervenção de Victor Adler não se encontra qualquer defesa da teoria do colapso, mas, ao contrário, um resgate, em nível político, do papel da subjetividade salientado por Bernstein.

A atividade socialista é um trabalho consciente em prol da revolução, em prol da transformação socialista da sociedade. Preparar os trabalhadores para o papel que não só lhes foi reservado pela necessidade histórica, do que estamos plenamente convencidos, mas também que lhes foi imposto, como disse Bernstein, por sua consciência do direito e por sua decisão moral, significa fazer ação revolucionária.⁷⁹

Mas em torno da reavaliação do papel da consciência de classe, ou seja, da subjetividade política da classe operária, devia girar todo o projeto de revisão do programa e a conseqüente discussão com Kautski.

Se nos perguntamos qual é a origem dessa posição de Victor Adler não podemos deixar de recordar pelo menos dois traços que distinguem claramente a social-democracia austríaca em relação à alemã. Em primeiro lugar, seu contínuo trato com os problemas da questão nacional, que não podia deixar de determinar, ainda que no âmbito de uma interpretação comum do marxismo, uma maior sensibilidade por uma coerência histórica mais específica e uma maior desconfiança em relação às abstrações e generalidades da teoria do colapso. Em segundo lugar, a existência de um grupo dirigente constituído em sua maior parte por uma *Intelligentsia* judia nascida e vivida no clima da capital da cultura centro-européia e profundamente refratária a interpretar as próprias convicções marxistas como adesão a uma “ciência proletária” entendida como universo cultural fechado em si mesmo, sem portas e janelas.

Em 1901, parecia a Victor Adler que chegara o momento oportuno de falar. No Congresso de Lubeck, que transcorreu quando já se abria no partido austríaco a discus-

são pré-congressual, o próprio Bebel lançou a possibilidade de se nomear uma comissão para a revisão do programa, sempre e quando servisse para apoiar uma maior unidade do partido e uma recuperação de energias há muito tempo enclausuradas e paralisadas no debate doutrinário para a iniciativa política. Para quem, como Kautski, jamais renunciara a defender, ainda que de diferentes formas, a antiga concepção do programa, o congresso da social-democracia austríaca aparecia como uma instância extremamente comprometedora. Passando da filosofia à política, a insídia revisionista, embora circunscrita, não era por isso menos perigosa.

Victor Adler explicava dessa maneira aos leitores da *Die Neue Zeit* o sentido geral das modificações propostas em relação ao texto de Hainfeld:

Na parte teórica do programa foram evitadas todas as expressões que pudessem ser interpretadas pelo equívoco revisionista como automatismo ou fatalismo histórico. A alusão ao fato de que a crescente proletarização manifestou-se através de uma proposição, cuja formulação mais precisa não deveria ser exposta facilmente ao perigo de se converter em alvo do espírito crítico, enquanto caricatura da teoria da miséria crescente.⁸⁰

Entendia-se, pois, com muita clareza, qual era o ponto crucial de todas as questões colocadas na mesa pelo revisionismo: o modo pelo qual se devia conceber a relação entre *necessidade e liberdade*, entre condições objetivas e condições subjetivas no avanço da classe operária para o socialismo. Todas as tendências revisionistas tinham afirmado de diferentes formas as impossibilidades de se chegar, no marxismo, a uma visão unitária e harmônica dessa relação. Certamente que o problema continuava aberto em nível teórico, já que de preferência a grande maioria de deduções contrárias lançadas pelos ortodoxos tinha-se dirigido definitivamente no sentido de negar a existência deste, em vez de procurar lhe dar uma resposta adequada. A peculiaridade da posição consolidada na grande maioria das fileiras social-democratas austríacas estava exatamente no reconhecimento da sua existência.

O político Victor Adler tirava as conclusões procurando harmonizar na nova redação do programa a tese da necessidade do desenvolvimento com o papel do partido político da classe operária. O Congresso de Viena da social-democracia austríaca colocava à luz finalmente e sustentava de maneira consciente o que desde o início fora o verdadeiro problema histórico submetido ao *Bernstein-Debatte*. Era inevitável que uma vez constituídas as grandes organizações da classe operária, capazes de se oporem no nível do Estado e da sociedade à espontaneidade das “leis” do modo de produção, exatamente na medida em que davam lugar a uma configuração diferente das relações de força entre as classes em conflito, também a interpretação primitiva e mais elementar da doutrina começara a se manifestar como insatisfatória e evasiva quanto a uma nova realidade histórica.

Abrindo a discussão sobre o novo programa na *Wiener Arbeiterzeitung*, Victor Adler salientara quais eram as duas inovações principais contidas no projeto. Acima de tudo abandonava-se a menção explícita à teoria da miséria crescente levando-se em conta que “no capitalismo existem duas tendências, uma que impulsiona o proletariado para o empobrecimento material, espiritual e moral, e outra formada pelo próprio proletariado, destinada a superar de todas as formas esse empobrecimento”. Logo, chegava-se a uma formulação das proposições relativas ao conceito de desenvolvimento necessário, introduzindo-se a consideração do papel da consciência de classe.

É tarefa do novo programa sustentar de maneira mais clara que no passado que o movimento social-democrata, ainda que seja um efeito necessário do capitalismo, também é uma ação decidida e consciente do proletariado. O programa não deve deixar espaço para nenhum equívoco a respeito do fato de que não existe qualquer contradição entre reconhecer a necessidade

do desenvolvimento histórico e considerar os efeitos desse conhecimento sobre a consciência e a vontade da classe operária.⁸¹

Não se tratava, pois, de uma concessão ao revisionismo, mas de um profundo ataque à teoria do colapso, que também se servia das contradições colocadas em evidência pelo revisionismo.

Em seu informe ao congresso, Victor Adler retornava a esses dois pontos essenciais. Falar da miséria crescente não como de uma tendência, mas como uma lei *de bronze* que não podia ser modificada pela ação do proletariado, era em si retirar do trabalho organizativo e político da social-democracia todo o significado e privá-la, de início, de um meio essencial de agitação e propaganda, ou seja, de confiança de poder se opor vitoriosamente à pressão do capitalismo. Além disso, acrescentava Victor Adler, se essa confiança não tivesse fundamento, seríamos utopistas. Porém, ao contrário, “a ação de oposição do proletariado e não sua miséria é a dinamite, a substância explosiva que se encontra na lei de bronze. A miséria, enquanto tal, provavelmente produza adeptos do alcoolismo; mas a convicção de que esta miséria não é necessária torna revolucionária a ação de oposição do proletariado”.⁸²

Semelhante era o espírito com que Victor Adler motivava a subsequente modificação do programa:

Tanto o antigo como o novo programa estão dominados pela idéia de que o que queremos é também uma *necessidade histórica*. Não entro nas sandices da discussão filosófica. Se consideramos que o cumprimento de nosso objetivo é historicamente necessário, não sejamos fatalistas. Isto é o que nos dá força e diariamente nos alenta a apressar esse desenvolvimento necessário, já que estamos convencidos de que um fator do desenvolvimento é a nossa própria ação. Esta é a coluna de nossa concepção e sobre ela queremos volver; e é o que se encontra expresso no Programa de Hainfeld ainda que, em minha opinião, de uma maneira muito frágil.⁸³

Em seguida, V. Adler exprimia o desejo de evitar a expressão “necessidade natural”, convencido de que, para alcançar um novo ordenamento social, “*uma das condições mais importantes é, naturalmente, o grau de maturidade do proletariado*”. Mesmo sem o clamor das generalidades teóricas bernsteinianas levava-se à frente um conjunto de afirmações claramente antitéticas às do “primeiro” e do “segundo” Kautski. Em outubro de 1901, Kautski desenvolvia na *Die Neue Zeit* um confronto analítico entre o Programa de Hainfeld e o novo programa elaborado pela comissão austríaca, que concluía com uma recusa global às inovações propostas. Há que destacar, imediatamente, que o texto que propriamente contém a formulação kautskiana mais precisa do papel específico do partido enquanto porta-voz da teoria é também o que encerra a afirmação mais intransigente de todas as principais passagens da teoria do colapso. Aqui, melhor que em outros lugares, transparece a essência de sua posição: uma vez que se colocou o problema do papel da intervenção subjetiva e não parece possível ignorá-lo, há que se encontrar uma solução que permita deixar sem modificação a sistematização anterior da doutrina.

Kautski abria suas observações com uma definição do papel do programa que exprimia completamente, melhor que qualquer outro posicionamento posterior, quais eram suas preocupações políticas reais:

O que distingue nosso programa dos de todos os demais partidos burgueses não são as diferentes reivindicações, mas esta declaração de princípios. Ela formula o objetivo final e as razões a partir das quais buscamos alcançá-lo. Mas esta declaração deve exercer uma função política muito importante e não só decorativa como pensam alguns socialistas de novo tipo [...]; sua tarefa consiste em conservar a unidade do movimento proletário.⁸⁴

Voltava-se a apresentar, também a propósito das questões relativas à elaboração da parte teórica do programa, a afirmação que vimos a respeito do resgate da ética, acerca da função prático-ideológica do *Endziel*. Há que se preservar a unidade ideológica do movimento diante de um duplo e concomitante fenômeno, que a vem perturbando cada vez mais de perto. Em primeiro lugar, uma crescente divisão do trabalho no movimento social-democrata, que ameaça fragmentá-lo numa multiplicidade de corpos separados, logo incapazes de encontrar as razões das diferentes atividades parciais numa visão unitária do movimento. Em segundo lugar, uma crescente complicação dos movimentos internos da vida social e estatal que repercutem no movimento colocando uma dura prova para sua capacidade de reencontrar as razões essenciais da própria existência enquanto força oposta globalmente a todo o ordenamento existente. Em outras palavras, Kautski se dava conta perfeitamente de todos os fatores que tornavam cada vez mais difícil a vida de um grande movimento de massa organizado, incrustado no coração de uma sociedade capitalista e empenhado numa guerra de posição no decorrer de uma intensa fase de desenvolvimento das forças produtivas. Intuíva os perigos de fragmentação e de reabsorção, mas procurava reagir apontando não um desenvolvimento da elaboração teórica e política, mas uma recolocação cada vez mais acentuada e propagandística da teoria do colapso. Continuava vendo nela o único meio verdadeiramente capaz de dar fundamentação ideológica a um movimento empenhado em reencontrar as razões da própria identidade. Contudo, tratava-se de uma solução de tipo jacobino, exatamente no momento em que os novos problemas surgiam da superação irreversível do jacobinismo.

Para isso, não só era preciso recolocar, mas radicalizar a antiga concepção do programa como um bloco indiferenciado de teoria e prática, e a respeito da vida do movimento romper de certo modo com o vínculo entre ciência e ideologia formado pelo *Endziel*, para lhe dar, a partir do alto, pelo menos a possibilidade de uma intervenção e de uma função unificadora. Partindo dessa premissa, Kautski lutava contra todas as modificações com tendência a suavizar o caráter de necessidade natural do advento do socialismo. Deixando de lado qualquer preocupação de caráter teórico, parecia agora que exatamente as formulações mais fatalistas e deterministas eram capazes de devolver a confiança e a unidade que os fenômenos relacionados com o desenvolvimento capitalista tendiam cada vez mais a solapar e a corroer. Porém, se se observa em separado e a partir do interior as tensões teóricas e políticas que animam a vida da social-democracia alemã nesse momento decisivo de transição, pode-se apreciar a capacidade de representação e de análise da afirmação de Gramsci, segundo a qual “quando não se tem a iniciativa da luta, a própria luta, conseqüentemente, acaba por se identificar com uma série de derrotas, o determinismo mecânico converte-se numa formidável forma de resistência moral, de coesão, de paciente e obstinada perseverança. ‘Estou derrotado momentaneamente, mas a força das coisas em geral trabalha a meu favor’ ”.⁸⁵ Estamos diante de uma paráfrase de toda a posição que Kautski começa, além disso de maneira consciente, a defender uma vez que desapareceu a possibilidade de se conter as críticas de Bernstein em um nível meramente teórico. E podíamos nos perguntar se esse mecanismo de reação política não era talvez conhecido de Gramsci, tanto pelo seu conhecimento do marxismo da Segunda Internacional como por ter participado diretamente da vida do movimento comunista, quando começava, depois da crise do pós-guerra, a fase de retirada. As atas dos debates da Internacional Comunista mostram em muitos casos a ampla vitalidade do kautskismo.

Sem nos determos nos diferentes pontos em que se articula a discussão sobre o novo projeto austríaco é indispensável, porém, mencionar as modificações introduzidas na formulação do conceito de necessidade histórica. No Programa de Hainfeld dizia-se que “através do desenvolvimento técnico e do colossal crescimento das forças produtivas

esta forma de propriedade não só se manifesta supérflua mas, de fato, é abolida pela enorme maioria do povo, enquanto que de maneira simultânea criam-se as condições materiais e espirituais necessárias para uma forma de propriedade comum”.⁸⁶ Essa coincidência imediata entre desenvolvimento capitalista e maturação das condições subjetivas necessárias para a criação de um novo ordenamento social era eliminada por Victor Adler e substituída por uma formulação profundamente diferente. Levava-se em conta as observações de Bernstein sobre a impossibilidade de se imaginar uma passagem instantânea da necessidade à liberdade, de acordo com um esquema político que, ainda que talvez fosse válido para a revolução francesa, era impossível de ser proposto para uma sociedade de avançado desenvolvimento capitalista.

O proletariado chega ao conhecimento de que o desaparecimento da produção individual torna cada vez mais supérflua e perigosa a propriedade privada, de que ao mesmo tempo devem ser criadas as condições materiais e espirituais necessárias para as novas formas de produção social e de propriedade comum, e que a passagem dos meios de produção para a propriedade comum de todo o povo deve ser o objetivo da luta pela libertação da classe operária.⁸⁷

No exato momento em que se fazia uma avaliação totalmente nova do papel da iniciativa política, afirmava-se que a importância dos objetivos últimos se aclararia pouco a pouco com os avanços práticos do movimento e com a modificação das relações de força reais. Contra tal colocação se dirigiam as argumentações de Kautski tendentes a converter o *Endziel* num suporte ideológico e propagandístico do movimento e não numa perspectiva teórica que devia-se precisar e desagregar num conjunto de posições políticas determinadas em cada ocasião. A essa finalidade respondia a afirmação de que o conhecimento do objetivo final devia ser considerado como algo formado de antemão, independente do desenvolvimento e dos resultados da luta de classe.

Muitos dos nossos críticos revisionistas imaginam que Marx afirmou que o desenvolvimento econômico e a luta de classes não só criavam as condições da produção socialista, mas geravam diretamente também o de sua necessidade. E é aqui que esses críticos objetam que o país com um desenvolvimento capitalista mais alto, a Inglaterra, é o que está mais longe, entre os países modernos, desta convicção. Baseando-se no projeto, poderia-se crer que também a comissão que elaborou o programa austríaco concorda com esse ponto de vista que se autodenomina ortodoxo e que acaba por ser refutado da maneira acima mencionada [...] Porém, isso é totalmente falso [...] O socialismo e a luta de classes nascem juntos e não um a partir da outra; surgem de premissas diferentes.⁸⁸

Aqui fica claro, de maneira totalmente explícita, que a afirmação de que a teoria não deriva da luta de classes surge da necessidade imediata de dar uma resposta à crítica revisionista. Desde 1899 Kautski já dizia: “com a força de uma necessidade natural, junto com o proletariado surgem as tendências socialistas tanto nos próprios proletários como naqueles que se situam do ponto de vista do proletariado”.⁸⁹ Contudo, a experiência inglesa é uma objeção muito forte para a tese da determinação socialista espontânea da classe operária para que possa ser ignorada; e com ela pode-se ameaçar derrubar toda a interpretação da doutrina. O jacobinismo teórico de Kautski é, pois, um mero expediente, o fruto de uma conjuntura polêmica. Longe de ser uma ofensiva contra a interpretação economicista do marxismo, é muito mais uma tentativa extrema para preservá-la: abandonar um corolário da teoria do colapso, desmentido pela evidência dos fatos, permite continuar defendendo o tema geral. Porém, isso leva Kautski a uma afirmação que não só é estranha, mas até injustificável à luz dos fundamentos teóricos do marxismo da Segunda Internacional; dificilmente ficaria vestígio de sua importância sem o aval leniniano da mesma, num contexto que marca, como procuraremos explicar, exatamente uma ruptura radical com esses fundamentos.

Victor Adler protestará vivamente em seu informe ao congresso contra a afirmação de Kautski, intuindo claramente que sua finalidade consiste em dificultar a consolidação de uma concepção política, laica, do programa, que não parta da hipóstase das leis do desenvolvimento, mas do estado real do movimento: “Se vejo mudanças no programa não me pergunto se são justas ou equivocadas, mas, ao contrário: correspondem à visão do proletariado? E por que o proletariado deve ver as coisas deste modo neste período determinado e não de outro?”⁹⁰ Se nas formulações doutrinárias as considerações de Victor Adler parecem se adiantar àquelas que os mencheviques dirigiram a Lênin,⁹¹ a consolidação do princípio de que “o proletariado é o lugar de nascimento do pensamento socialista” não impede a convicção de que “a social-democracia leva o proletariado ao conhecimento de si mesmo”, ou seja, que sem a função de vanguarda exercida pelo partido não existe a possibilidade de uma orientação socialista da classe operária. A convicção teórica de que o marxismo é “uma superestrutura da luta de classes” não impede Victor Adler de ver que a maturação teórica do proletariado, sua conquista de objetivos mais avançados, segue o mesmo ritmo do crescimento político e organizativo. O proletariado “chega” a se dar conta que tem que combater pelo comunismo no decorrer da luta; mas, por essa razão, os programas não podem deixar de ser modificados se querem refletir e adaptar-se realmente às sucessivas modificações do movimento.

Em sua intervenção no Congresso de Viena, Kautski reafirmava em parte as posições expressas na *Die Neue Zeit*, ainda que em parte as contradizia: o movimento operário produz “um instinto socialista”, uma “necessidade de socialismo”, mas não pode surgir dele a “visão teórica que é necessária para clarear este instinto”; contudo, imediatamente depois volta a salientar, de um ponto de vista que poderíamos definir como sombartiano, que a principal validade da teoria manifestou-se na sua capacidade de se fundir com o movimento operário, dando lugar a “um novo modo de pensar social-democrata”, em cujo desenvolvimento operários e teóricos aprenderam uns com os outros. Plekhánov poderá referir-se exatamente a essa afirmação, três anos depois, para objetar a Lênin, talvez com razão, a interpretação que dera no *Que fazer?* à posição adotada por Kautski por ocasião do Congresso de Viena da social-democracia austríaca.⁹²

Além disso, o próprio Kautski já tendia, desde sua intervenção, a subestimar toda a questão, definindo-a como uma *Doctorfrage* (questão doutoral), de significado irrelevante do ponto de vista da agitação. O principal argumento empregado por ele a esse respeito, para se opor à revisão do programa, estava em se referir às dificuldades peculiares da situação política. A burguesia, depois de ter abandonado momentaneamente o propósito de uma violenta destruição do movimento, orientava-se agora para desacreditá-lo, para introduzir a desconfiança nas massas, aproveitando a divisão existente. Daí, Kautski deduzia a necessidade de dar uma resposta sem ambigüidades: “[...] façamos um programa não só para nós, mas também para o mundo que está fora e que queremos conquistar [...] Devemos falar de tal maneira que convençamos a burguesia de que não perdemos a confiança em nós mesmos”.⁹³ Mesmo antes das próprias teorizações bernsteinianas coloca-se o próprio desenvolvimento capitalista da Alemanha, que nos obriga a medir o peso do espectro do trade-unionismo sobre o movimento social-democrata. Kautski parece que intui de certo modo a aproximação de uma luta pela hegemonia, mas os instrumentos teóricos de que dispõe são totalmente inadequados para explicar com clareza essa perspectiva.

A autonomização da teoria não levou a identificar o novo papel do partido enquanto porta-voz de um nível “geral”, no qual a multiplicidade dos interesses parciais encontre uma forma de reconciliação política: a passagem da economia à política carece de significado. O que Kautski pode fazer é a passagem da economia a uma ideologia finalista que

não retira do proletariado sua fisionomia corporativista inicial de setor determinado e parcial do conjunto social, mas, ao contrário, a exalta tendencialmente na medida em que a valorização do momento teórico tem a finalidade de aprofundar o seu “espírito de cisão”.

Com estas considerações chegamos ao mérito da temática específica do *Que fazer?*, em que a afirmação kautskiana sobre a necessidade de introduzir a teoria de fora converte-se em individualização do modo como a vocação universal da classe operária, sua politicidade específica, pode encontrar seu mecanismo na tradução prática. Porém, antes de examinar a posição leniniana em suas correlações específicas com a “revisão” do marxismo, vale a pena recordar que entre o final de 1902 e a primeira metade de 1903, ou seja, depois da publicação do *Que fazer?*, os dois maiores teóricos da social-democracia alemã fizeram a última tentativa de demonstrar uma teoria do partido.

A iniciativa pertencera em outra época a Bernstein. Empreendendo o exame da relação entre partido e classes, colocava pela primeira vez o problema do modo pelo qual os interesses particulares que agiam na sociedade civil poderiam ser conciliados com os programas políticos mais gerais. O objetivo dessa nova tentativa era coerente com toda a sua batalha anterior: fazer uma apreciação justa da natureza dos partidos adversários que impedisse sua classificação dentro de uma só “massa reacionária” – como acabava por acontecer inevitavelmente na perspectiva catastrofista de uma crescente divisão da sociedade. Porém, por esse caminho voltava a questionar a relação entre estrutura e superestrutura, mesmo já não partindo do papel das ideologias ou do caráter não-proletário da ciência, mas das formas de transição próprias de uma sociedade capitalista e do interesse particular (*Sonderinteresse*) para o interesse geral (*Gemeininteresse*), ou seja, da economia para política.

A afirmação central de Bernstein estava em que “o partido, de acordo com sua natureza e com seu conceito, era algo que extrapolava a classe”.⁹⁴ A verdade elementar de que todos os partidos representam determinados interesses de classe não é contraditória com o fato de que, ao cumprirem um papel de mediação entre a sociedade e o Estado, exercem também uma função de representação mais ampla que aquela que decorre da composição social da massa de seus adeptos. Contudo, no momento em que se exclui que o comportamento de um partido é “o resíduo necessário de sua composição de classe”, descobre-se também um espaço específico para a iniciativa política e o papel dos grupos dirigentes, determinante segundo Bernstein para estabelecer as formas concretas de expressão das pressões objetivas dos interesses de classe. “Toda a vida dos partidos modernos é um contínuo processo de influência recíproca entre partidos e classes, um processo em que os partidos são o elemento ativo.” E também: “O partido influi sobre a classe e da inteligência de sua direção depende se o resultado é uma restrição ou uma ampliação do horizonte de classe”.⁹⁵

Uma vez mais Bernstein compreendia claramente que a utilização, na análise política, de uma relação de derivação da superestrutura a partir da estrutura tinha como consequência a adoção de uma visão estritamente corporativa da classe operária. A análise da relação entre partido e classe tinha como objetivo principal salientar a especificidade do momento político como nível do “geral” que não se podia deduzir – Bernstein tendia explicitamente a destacar isso, prevendo as possíveis objeções de Kautski – das estatísticas sobre a população ativa e nem dos dados referentes à distribuição da renda. A descrição da estratificação de classes que se podia conseguir desse modo não seria capaz de explicar jamais as formas peculiares da luta política. Contudo, suas intuições, ainda que justas, desprovidas de uma base teórica realmente alternativa à interpretação dominante da doutrina, acabavam, uma vez mais, por rapidamente se afundar.

A resposta de Kautski, que surgia pontualmente alguns meses mais tarde na *Die Neue Zeit*, não era diferente, em sua lógica interna, das anteriores. A possibilidade de que o interesse de classe pudesse se tornar de interesse particular em interesse geral recaía, uma vez mais, na natureza do objetivo final, ou como dizia nesse caso, na natureza “ideal da sociedade” (*Idealgesellschaft*), com que tinham se expressado uma e outra vez as razões da existência de toda nova classe surgida na cena da história. Através do “ideal socialista” a classe operária, apesar de permanecer solidamente ancorada em seus interesses de classe mais imediatos, convertia-se em porta-voz de um interesse geral; não se tratava de uma simples utopia, “mas, desde já, de uma força social real, cuja força cresce na mesma medida em que cresce a força da classe que a produz: o proletariado”.⁹⁶

Demonstrar a não-contraditoriedade do mundo da ciência com o mundo das intenções e dos fins, por outro, significou para Adler reabilitar o marxismo diante das ideologias da “separação”.

A reflexão sobre os intelectuais em termos que giram preliminarmente em torno da colocação sociológica de Kautski é, pois, a forma que marca os que talvez possam ser considerados como os dois pontos mais elevados do marxismo teórico da Segunda Internacional. Contudo, a elaboração leniniana do marxismo como ciência política do proletariado não só não se encontrará jamais, mas de certo modo se oporá tenazmente às tentativas realizadas no coração da grande cultura vienense da primeira década do século para levar o marxismo a um confronto com a filosofia contemporânea que seja capaz de ir além da ingênua oposição entre materialismo e idealismo. A hegemonia que o SPD mantém no movimento operário internacional até a Primeira Guerra Mundial pode ser medida, de certo modo, por sua capacidade de continuar sendo um ponto de referência imprescindível para as mais diversas tentativas de desenvolvimento do marxismo que, não obstante, se dão e de alguma maneira chegam a um feliz termo no período da Segunda Internacional. Se existe uma possibilidade de se falar de kautkismo como a forma adotada por excelência pelo marxismo nessa fase da história do movimento operário, não deve ser encontrada numa inexistente homogeneidade teórica, mas na capacidade de se manter isolados e sem contatos os diferentes processos inovadores que se dão nas distintas províncias do imperio ideológico que Kautsky construíra e encarnara na *Die Neue Zeit*.

Isso significou, particularmente para Adler, que sua análise das tendências dominantes entre os intelectuais europeus que sempre estiveram indissolúvelmente ligadas à típica visão kautskiana do socialismo como realização de um *Endziel* se visse privada de toda a possível tradução política, caindo do ponto de vista das indicações práticas nos limites de uma mera e simples predição. O lúcido conhecimento teórico de que em torno do problema dos intelectuais iam-se combinando questões de importância estratégica e de significado momentâneo para o destino do socialismo na Europa, se tramuta com o propósito típico de toda a tradição social-democrata de alcançar uma elevação cultural das massas que devia ser ao mesmo tempo uma garantia de idealismo político revolucionário. Essa contradição que acompanhará Adler em todo seu percurso teórico e político encontrará talvez sua expressão mais trágica no último trabalho.

NOTAS

¹ G. F. W. Hegel, *Lineamenti della filosofia del diritto* (Bari: Laterza, 1954), pp. 260-282.

² Antonio Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968), p. 56.

³ L. Trótski, “Introdução” e tradução de Vittorio Strada, *Letteratura e rivoluzione* (Turim: Einaudi, 1973), pp. 472 e ss.

- ⁴ A. Labriola, *Lettere a Engels* (Roma: Edizioni Rinascità), pp. 144-145.
- ⁵ K. Kautski, “Franz Mehring”, em *Die Neue Zeit*, XXII, vol. 1 (1903-1904), p. 104.
- ⁶ Na obra de 1863, *A ciência e os operários*, Lassalle afirmou: “Esta é, exatamente, a grandeza da vocação deste tempo, demonstrar que os séculos mais obscuros não acreditaram jamais ser possível se pensar em levar a ciência ao povo [...] Só duas coisas continuam sendo grandes na condição universal da vida europeia, só duas coisas continuam sendo frescas e fecundas em meio à penetrante dissolução do egoísmo que invadiu todas as veias da vida europeia: a ciência e o povo, a ciência e os operários! A sua união é a única que pode fecundar com uma nova vida o seio da vida europeia. A aliança da ciência e dos operários, destes dois pólos opostos que se abraçam, farão em pedaços com seus braços de ferro todos os obstáculos que se opõem à civilidade, esta é a meta a que, desde o primeiro alento, decidi dedicar a minha vida!” (cf. Ferdinand Lassalle, *La scienza e gli operai* (Roma: Mongini, 1900), p. 21).
- ⁷ K. Kautski, “Franz Mehring”, cit., p. 101.
- ⁸ Rosa Luxemburg, “Genickte Hoffnungen”, em *Die Neue Zeit*, XXII, vol. 1 (1903-1904), p. 38.
- ⁹ K. Kautski, “Krisentheorien”, em *Die Neue Zeit*, vol. 2 (1901-1902), pp. 141-142.
- ¹⁰ K. Kautski, *Il programma di Erfurt* (Roma: Samonà e Savelli, 1971), p. 10.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 34.
- ¹² L. Althusser, *Per Marx*, “Nota introdutória” de C. Luporini (Roma: Editori Riuniti, 1967), p. 12.
- ¹³ A. Zanardo, *Filosofia e socialismo* (Roma: Editori Riuniti, 1974), p. 8. Em 1959, foram publicados pela Editora Feltrinelli dois escritos que representam duas linhas de reflexão, respectivamente, sobre a história do marxismo, seguidas nos anos subsequentes: a “Introdução” de G. Procacci a K. Kautski, *La questione agraria*, e a “Introdução” de L. Colletti aos *Quaderni filosofici*, de Lênin.
- ¹⁴ G. Lukács, *Conversazioni con W. Abendroth, H. H. Holtz e L. Kofler* (Bari: De Donato, 1968), p. 130.
- ¹⁵ *Togliatti editorialista 1961-1964*, “Introdução” de A. Natta (Roma: Editori Riuniti, 1971), p. 190 (edição não-comercial).
- ¹⁶ “Informe apresentado ao CC, de 21 a 23 de abril de 1964”, em P. Togliatti, *Sul movimento operaio internazionale* (Roma: Editori Riuniti, 1964), p. 326.
- ¹⁷ *Togliatti editorialista*, cit., p. 272.
- ¹⁸ Cf. a esse respeito G. Procacci, “Studi sulla Seconda Internazionale e sulla socialdemocrazia tedesca”, em *Annali Feltrinelli, I* (Milão: Feltrinelli, 1958), pp. 105 e ss.
- ¹⁹ K. Korsch, *Marxismo e filosofia* (Milão: Sugar, 1967), pp. 53-56.
- ²⁰ K. Korsch, *Il materialismo storico* (Bari: Laterza, 1971), p. 146.
- ²¹ *General Register des Inhalts der Jahrgänge 1883 bis 1902 der “Neuen Zeit” bestehend in einem Autorenverzeichnis und einem Sachregister nebst Stichwort-Anzeige*, bearbeitet von Emanuel Wurm (Stuttgart: Paul Singer Verlagsgesellschaft und Buchdruckerei, 1905), pp. VI-VII. Vinte anos depois Kautski desenvolverá considerações análogas em outro importante momento do balanço histórico do marxismo: cf. K. Kautsky, “Phasen und Zeitschriften des Marxismus”, em *Die Gesellschaft*, ano 1, nº 1, 1924, pp. 17-29.
- ²² A esse respeito, Steiger, um dos oradores, afirmava: “Nós não queremos que o povo trabalhador conquiste a direção em todos os campos da vida [justo!] destruindo as culturas anteriores, com o que nos veríamos obrigados imediatamente a construir a partir do nada; ao contrário, queremos apropriar-nos de tudo do bom e formoso que tem a antiga sociedade e da capacidade do gozá-lo para colocá-lo sobre a mesa do povo trabalhador” (*Protokoll über den Verhandlungen des Parteitag der Sozial-demokratie Partei Deutschlands, Abgehalten zu Gotha* (Berlim, outubro, 1896), p. 85).
- ²³ F. Mehring, “Kunts und Proletariat”, em *Die Neue Zeit*, XV, vol. 1 (1896-1897), pp. 129-130. Pouco depois, Mehring chegará a definir Nietzsche como “o filósofo do grande capital” e expressão última das tendências racionalistas dominantes na cultura burguesa (“Nietzsche gegen den Sozialismus”, em *Die Neue Zeit*, XV, vol. 1 (1896-1897), p. 546). Sobre esse aspecto da atividade crítica e literária de Mehring, encontram-se informações úteis em G. Fülberth, *Proletarische Partei und Bürgerliche Literatur* (Berlim/Neuwied, 1972), pp. 40-54; para a *Die Neue Zeit*, pp. 62 e ss.
- ²⁴ F. Mehring, “Die Sozialdemokratie und die Studentenschaft”, em *Die Neue Zeit*, XII, vol. 1 (1893-1894), pp. 705-709.
- ²⁵ “Was wir wollen”, em *Der Sozialistische Akademiker*, ano I, nº 1 (1895), p. 5.
- ²⁶ Cf. Otto Wittelschöfer, “Geistige und mechanische Arbeit”, em *Die Neue Zeit*, XIII, vol. 1 (1893-1894), p. 551 e ss.; “Die proletarische Intelligenz und der Sozialismus”, em *Die Neue Zeit*, XIII, vol. 1 (1893-1894), p. 581, e A. Max, “Zur Frage der Organization des Proletariats der Intelligenz”, em *Die Neue Zeit*, XIII, vol. 1 (1893-1894), pp. 645, 688 e 728.
- ²⁷ Cf. *Die Neue Zeit*, XIII, vol. 1 (1893-1894), p. 551.
- ²⁸ O autor se refere à coletânea de textos de Max Adler que organizou, com o título de *O socialismo e os intelectuais* (da qual foi extraído este ensaio introdutório), em que incluiu, ao fim, o texto emblemático de K. Kautski, “A inteligência e a social-democracia”, pp. 255-281 (N. do T.).

- ²⁹ A. Labriola, *Saggi sul materialismo* (Roma: Editori Riuniti, 1964), p. 302.
- ³⁰ *Ibid.*, p. 301.
- ³¹ K. Kautski, "Die Zusammenbruch der Theorie", em *Vorwärts*, 16-3-1899.
- ³² V. Adler, *Briefwechsel mit A. Bebel und K. Kautsky* (Viena: 1954), p. 257.
- ³³ E. Bernstein, *I presupposti del socialismo e i compiti della social-democrazia* (Bari: Laterza, 1968).
- ³⁴ V. Adler, *op. cit.*, p. 289.
- ³⁵ E. Bernstein, "Kritisches Zwischenspiel", em *Die Neue Zeit*, XVI, vol. 1 (1897-1898), p. 744.
- ³⁶ E. Bernstein, *I presupposti*, cit., pp. 38-39.
- ³⁷ E. Bernstein, "Klassenkampf und Kompromisse", em *Die Neue Zeit*, XV, vol. 1 (1896-1897), pp. 521-522.
- ³⁸ Réplica de Bernstein a Kautski, *Vorwärts*, 26-3-1899.
- ³⁹ *Ibidem*.
- ⁴⁰ E. Bernstein, *Socialisme et science* (Paris: Giard et Brière, 1902), p. 4.
- ⁴¹ Max Adler, "Kausalität und Teleologie im Streite um die Wissenschaft", em *Marx-Studien. Blätter zur Theorie und Politik des wissenschaftlichen Sozialismus*, vol. I (Viena: 1904). O pesquisador sueco Bo Gustafsson sustenta atualmente, em sua monografia *Marxismus und Revisionismus. Eduard Bernstein Kritik des Marxismus un ihre ideengeschichtliche Voraussetzungen* (Frankfurt: 1970), que a mudança de direção de Bernstein se deve a seu conhecimento da história da revolução francesa de L. Héritier.
- ⁴² E. Bernstein, "Das realistische und das ideologische Moment im Sozialismus", em *Die Neue Zeit*, XVI, vol. 1 (1897-1898), p. 228.
- ⁴³ V. Adler, *op. cit.*, p. 289.
- ⁴⁴ K. Kautski, *Il programma di Erfurt*, cit., p. 179.
- ⁴⁵ *Ibid.*, p. 182.
- ⁴⁶ Sidney e Beatrice Webb, *Storia delle unioni operaie in Inghilterra*, Biblioteca dell'Economista, série V, vol. VI (Turim: 1913), p. 427.
- ⁴⁷ W. Sombart, *F. Engels* (Berlim: 1895), p. 22. "Se me perguntais – afirmava Sombart em seguida – sobre o significado do marxismo para o desenvolvimento do movimento social, parece-me indiscutível que a figura de Engels ocupa o primeiro plano, já que talvez a influência pessoal que Engels efetivamente exerceu sobre o movimento operário foi maior e em todo caso mais imediata e tangível que a de Marx. Já se disse que assim como Marx foi o maior teórico, Engels foi o maior tático [*Taktiker*] do proletariado. Esta é uma distinção que me parece demasiadamente clara entre os dois aspectos que estiveram unidos nos dois amigos: recorde-se a direção de Marx na Internacional e na estruturação da orientação inaugural e dos estatutos, ambos saídos da pena de Marx e que são verdadeiras obras de mestre na arte política [*taktischen Kunts*]. Contudo, é certo que a geração jovem, principalmente, teve uma oportunidade maior de considerar Engels como *Taktiker* e que, em geral, este último, certamente, cuidou mais deste aspecto. Nisto se viu favorecido pelo fato de haver sobrevivido doze anos a Marx, num período em que pela primeira vez o desenvolvimento internacional do socialismo tinha conhecido propriamente o seu começo. Mas, sobretudo, foi determinante para a maior acentuação prático-política da atividade engelsiana, a conhecida forma com a qual Marx e Engels regularam sua divisão do trabalho", pp. 23-24.
- ⁴⁸ W. Sombart, *Sozialismus und soziale Bewegung in 19. Jahrhundert* (Iena: 1896), p. 3.
- ⁴⁹ *Ibid.*, p. 71.
- ⁵⁰ "Carta de Sorel a Croce de 1º de abril de 1898", em *La Critica*, XXXV, nº 1 (1927), p. 107.
- ⁵¹ "La teoria marxista del movimento sociale", em *Critica Sociale*, nº 2, XXXV (1897), pp. 4-6.
- ⁵² "La recentissima letteratura marxista", em *Critica Sociale*, nº 8, VIII (1898), p. 127. Sobre as relações de Sombart com o movimento operário italiano, ver E. Ragionieri, *Socialdemocrazia tedesca e socialisti italiani 1875-1895* (Milão: Feltrinelli, 1961), pp. 361 e ss.
- ⁵³ F. Mehring, "Politik und Sozialismus", em *Die Neue Zeit*, XV, vol. 1 (1896-1897), pp. 450 e ss. Mehring também havia feito no ano anterior a resenha do trabalho de Sombart sobre Engels: cf. "Einiges über den jungen Engels", em *Die Neue Zeit*, XIV, vol. 1 (1895-1896), pp. 65 e ss.
- ⁵⁴ W. Sombart, *Warum gibt es in den Vereinigten Staaten kein Sozialismus?* (Tubinga: 1906).
- ⁵⁵ G. Ferrero, *L'Europa giovane. Studi e viaggi nei paesi del Nord* (Milão: 1897), p. 69. Sobre as relações de Ferrero com Sorel e com os círculos revisionistas da área latina, ver M. Simonetti, "George Sorel e Guglielmo Ferrero 'Cesarismo' borghese e socialismo (con 27 lettere inedite di Sorel a Ferrero)", em *Il Pensiero Politico*, ano V, nº 1, pp. 102 e ss.
- ⁵⁶ G. Ferrero, *L'Europa giovane*, cit., p. 74.
- ⁵⁷ *Ibid.*, p. 80.
- ⁵⁸ *Ibid.*, p. 95.
- ⁵⁹ H. Lagardelle, *Les intellectuels devant le socialisme* (Paris: 1900), pp. 37-38. Sobre os problemas da unificação socialista na França são de suma importância as contribuições de Rosa Luxemburg publicadas na *Die Neue Zeit*,

- que tentam encontrar a peculiaridade do movimento operário francês nos traços destacados na história do país, no transcorrer do século XIX. Esses escritos foram reunidos no livro de Rosa Luxemburgo, *Le socialisme en France, 1898-1912* (Paris: Belfond, 1971), com introdução de D. Guérin.
- ⁶⁰ H. Lagardelle, *op. cit.*, p. 28.
- ⁶¹ *Ibid.*, p. 58.
- ⁶² E. Bernstein, “Klassenkampf-Dogma und Klassenkampf-Wirchlichkeit”, em *Die Neue Zeit*, XVII, vol. 2 (1898-1899), p. 622.
- ⁶³ E. Bernstein, “Das realistische und ideologische Moment im Sozialismus”, *cit.*, p. 230.
- ⁶⁴ K. Kautski, “Bernstein un die materialistische Geschichtsauffassung”, em *Die Neue Zeit*, XVII, vol. 2 (1898-1899), p. 15.
- ⁶⁵ *Ibidem.*
- ⁶⁶ E. Bernstein, *I presupposti*, *cit.*, p. 37.
- ⁶⁷ H. Cunow, “Zur Zusammenbruchstheorie”, em *Die Neue Zeit*, XVII, vol. 1 (1898-1899), pp. 256-403, 424-430, em que se formula a tese, depois retomada por Rosa Luxemburgo, que o limite do desenvolvimento do capitalismo devia ser procurado na limitada capacidade de absorção do mercado. Cunow reprovava principalmente a Bernstein, que generalizara fenômenos econômicos de caráter transitório. “Os fatores que levaram ao afastamento da direção do desenvolvimento previsto por Marx – a enorme expansão do mercado colonial, a colocação do capital excedente em empresas e valores no exterior – a longo prazo já não podem funcionar da maneira como funcionaram até agora; e, por este motivo, também devem mudar novamente as tendências do desenvolvimento capitalista. Em poucas palavras, vejo os fenômenos explicados por Bernstein em grande parte temporários, considerando a maneira de expressar-se de uma determinada fase do desenvolvimento, que talvez já tenha passado por seu ponto mais alto”, escreve a Kautski, numa carta de abril de 1898, citada por H. G. Schöeber, em *Sozialistische Imperialismus-deutung. Studien zu ihrer Geschichte* (Gotha: 1973), pp. 16-17. Pode-se compreender o tão relativo que era, então, sua separação de Rosa Luxemburgo nesse tipo de problema pelo seguinte julgamento: “A propósito de Cunow [...] compreendemos que não comeu ‘o melhor pedaço’. Tocou ligeiramente alguma idéia, poderia dizer-se, mas de uma maneira tão pálida e superficial que posso, sem escrúpulos, desenvolver o mesmo tema à minha maneira. De modo geral, ‘ele me desiludiu’”; cf. F. Tych & L. Basso (orgs.), *Lettere a Leo Jogiches* (Milão: Feltrinelli, 1973), p. 134.
- ⁶⁸ K. Kautski, “Militarismus und Sozialismus in England”, em *Die Neue Zeit*, XVIII, vol. 1 (1899-1900), p. 593.
- ⁶⁹ *Ibid.*, p. 596.
- ⁷⁰ K. Kautski, “Die hommenden Kongresse”, em *Die Neue Zeit*, XVIII, vol. 2 (1899-1900), p. 709.
- ⁷¹ *Ibid.*, p. 716.
- ⁷² K. Kautski, “Klassenkampf und Ethik”, em *Die Neue Zeit*, XIX, vol. 1 (1900-1901), p. 238.
- ⁷³ K. Kautski, “Akademiker und Proletarier”, em *Die Neue Zeit*, XIX, vol. 2 (1900-1901), p. 89.
- ⁷⁴ *Ibidem.*
- ⁷⁵ V. Adler, “Bernsteins Theorie und Taktik”, em *Wiener Arbeiterzeitung*, 2 de abril, 1899.
- ⁷⁶ V. Adler, *Briefwechsel mit A. Bebel und K. Kautsky*, *cit.*, p. 267.
- ⁷⁷ V. Adler, “Unmatzgebliche Betrachtung”, em *Die Neue Zeit*, XIX, vol. 2 (1900-1901), p. 778.
- ⁷⁸ V. Adler, *Briefwechsel*, *cit.*, pp. 297-298.
- ⁷⁹ V. Adler, “Bernsteins Theorie und Taktik”, *cit.*
- ⁸⁰ V. Adler, “Unmatzgebliche Betrachtung”, *cit.*, p. 775.
- ⁸¹ V. Adler, “Zum Revision des Programm”, em *Wiener Arbeiterzeitung*, 22 de setembro, 1901.
- ⁸² *Protokoll über Verhandlungen des Gesamtparteitages des Sozialdemokratischen Arbeiterpartei Österreich, abgehalten zu Wien vom 2. bis 6. novembro, 1901*, p. 103.
- ⁸³ *Ibid.*, p. 104.
- ⁸⁴ K. Kautski, “Die Revision des Programs der Sozialdemokratie in Österreich”, em *Die Neue Zeit*, XX, vol. 1 (1901-1902), p. 69.
- ⁸⁵ Antonio Gramsci, *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* (Turim: Einaudi, 1955), p. 13.
- ⁸⁶ *Protokoll*, *cit.*, p. 52.
- ⁸⁷ *Ibid.*, p. 51.
- ⁸⁸ K. Kautski, “Die Revision des Programms”, *cit.*, p. 79. “Quem detém a ciência – Kautski afirmava em seguida – não é o proletariado, mas sim os intelectuais burgueses; o próprio socialismo nasceu da cabeça de alguns membros deste estrato e eles o comunicaram aos proletários intelectualmente mais capazes que, em seguida, o introduziram na luta de classe do proletariado quando as condições o permitiam. A consciência socialista é, portanto, algo introduzido na luta de classe do proletariado a partir de fora e não algo que surge espontaneamente.”
- ⁸⁹ K. Kautski, *Bernstein und das sozialdemokratische Programm* (Stuttgart: 1899), p. 53.
- ⁹⁰ *Protokoll*, *cit.*, p. 108.

- ⁹¹ Veja-se especialmente a intervenção de A. S. Martinov no II Congresso do POSDR, em que a teoria do socialismo científico foi definida com uma expressão inteiramente semelhante à empregada nessa ocasião por Victor Adler: “a mais elevada superestrutura do movimento” (cf. V. I. Lênin, *Che fare? Problemi scottanti del nostro movimento* (Turim: Feltrinelli, 1971), organizado por V. Strada [edição em espanhol, *Que hacer? Teoria y práctica do bolchevismo* (México: Ediciones Era, 1971)]. Doravante, para facilidade do leitor brasileiro, as citações do autor sobre essa obra se referirão à edição em espanhol (N. da T.).]
- ⁹² Trata-se do trabalho de Plekhánov “A classe operária e os intelectuais social-democratas”, em V. I. Lênin, *Que hacer?*, cit., p. 397.
- ⁹³ *Protokoll*, cit., p. 124.
- ⁹⁴ E. Bernstein, “Partei und Klassen”, em *Sozialistische Monatshefte*, ano VI, nº 11 (1902), p. 852.
- ⁹⁵ *Ibid.*, p. 854.
- ⁹⁶ K. Kautski, “Klasseninteresse-Sonderinteresse-Gemeininteresse”, em *Die Neue Zeit*, XXI, vol. 2 (1902-1903), p. 272.